Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

Versão resumida e ilustrada

Conhecer, participar, incluir e compartilhar em prol da sustentabilidade

Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Eduardo Costa Taveira
Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA

Luis Henrique Piva
Secretário Executivo de Gestão Ambiental – Secex / SEMA

Christina Fischer
Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental – Seaga / SEMA

Rogério Sampaio Bessa
Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – Demuc / SEMA

Raimundo Ribeiro Romaine
Gerente de Unidade de Conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3280, Parque Dez de Novembro, Manaus / Am – CEP 69050-030
Fone/Fax: (92) 3642-4607

Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

Versão resumida e ilustrada

Conhecer, participar, incluir e
compartilhar em prol da sustentabilidade

EQUIPE TÉCNICA DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ

Coordenação Geral
Ana Claudeise Silva do Nascimento

Coordenação de Cartografia e SIG
Jefferson Ferreira-Ferreira

Coordenação Fundiária
Isabel Soares de Sousa
Caetano Lucas Borges Franco

Coordenação Socioeconômica e Demográfica
Dávila Souza Corrêa

Equipe Técnica – SCM

ASPECTOS AGROPECUÁRIOS
Angela May Steward
Camille Rognant
Fábio Paz
Fernanda Maria de Freitas Viana
Jacson Rodrigues da Silva
Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Paula de Carvalho Machado Araújo

ASPECTOS FÍSICOS
Caetano Lucas Borges Franco
Jefferson Ferreira-Ferreira

VEGETAÇÃO
Auristela Conserva
Mariana Terrôla Ferreira

FAUNA
Alexandre Pucci Hercos
Bárbara Trautman Richers
Barthira Rezende de Oliveira
Bianca Bernardon
Danielle Pedrociane
Diogo de Lima Franco
Emiliano Esterci Ramalho
Favízia de Oliveira
Gerson Lopes
Iury Valente Debien Cobra
Ivan Junqueira Lima
João Valsecchi do Amaral
Jonas Alves de Oliveira
Miriam Marmontel
Pedro Meloni Nassar

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS
Ana Claudeise do Nascimento
Anderson Márcio Amaral Lima
Andreza Carvalho Ferreira
Claudioney da Silva Guimarães
Dávila Souza Corrêa
Edila Arnaud Ferreira Moura
Fernando Palheta Oliveira
Geanne Carla Novais Pereira
Grace kelly Pereira de Lima
Heloisa Correa Pereira
Hudson Cruz das Chagas
Jerusa Cariaga Alves
Josenildo Frazão da Silva
Kauai Cavalcante Barbosa
Luiz Francisco Loureiro
Marília de Jesus da Silva e Sousa
Milena Pinho Barbosa
Nelissa Peralta Bezerra
Quézia Martins Chaves
Raimunda Antônia de Freitas Reis
Ronisson de Souza de Oliveira
Silvia Pinto Vieira
Weigson Oleriano Pedroza

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO HUMANA
Edna Ferreira Alencar
Eduardo Kazuo Tamanaha
Isabel Soares de Sousa
Jaqueline Gomes
Mariana de Oliveira e Souza
Patrícia Carvalho Rosa

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Isabel Soares de Sousa
Marluce Ribeiro de Mendonça
Paulo Roberto e Souza
Sebastião de Oliveira Dias

PADRÃO DE USO DOS RECURSOS NATURAIS
Alexandre Pucci Hercos
Ana Claudia Torres Gonçalves
Bárbara Trautman Richers
Claudio Roberto Anholetto Junior
Elenice Assis do Nascimento
Isabel Soares de Sousa
Juliana Menegasse Leoni
Larissa Lopes Mellinger
Leonardo Pequeno Reis
Marília de Jesus da Silva e Souza

POTENCIALIDADES DE USO DOS RECURSOS NATURAIS
Angela May Steward
Bárbara Trautman Richers
Favízia de Oliveira
Fernanda Sá Vieira

MANEJO RECURSOS CÊNICOS
Eduardo Coelho
Fernanda Sá Vieira
Pedro Meloni Nassar
Rodrigo Ozório

ELABORAÇÃO DE MAPAS
Caetano Lucas Borges Franco
Jefferson Ferreira-Ferreira
Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Marcio Sabbadini Francisco

OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – OPP
Equipe SCM/IDSM
Alcimara Cordeiro de Lima
Caetano Lucas Borges Franco
Carlos Frederico
Hilda Isabel Chavez Perez
Iranir Carlos Cruz da Chagas
Isabel Soares de Sousa
Jefferson Ferreira-Ferreira
Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Lísley Pereira Lemos Nogueira Gomes
Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins
Maria Mercês Bezerra da Silva
Marluce Ribeiro de Mendonça
Oscarina Martins dos Santos
Patrícia Carvalho Rosa
Paula de Carvalho Machado Araújo
Paulo Roberto e Souza
Ricardo Pinheiro Bonet
Valdinei Lemos

Equipe SEMA/DEMUC
Ana Claudia Leitão
Caroline Yoshida
Flávio Rubens
Iranildo Siqueira
Karen de Santis
Larissa França
Raimundo Romaine
Rogério Bessa
Rosi Batista

Ficha Técnica

ORGANIZAÇÃO
Ana Claudeise Silva do Nascimento
Caetano Lucas Borges Franco
Dávila de Souza Corrêa
Isabel Soares de Sousa
Iury Valente Debien Cobra
Ivan Junqueira Lima
Jeferson Ferreira-Ferreira
Maria Cecília Rosinski Lima Gomes
Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins
Marília de Jesus da Silva e Souza

ELABORAÇÃO VERSÃO RESUMIDA
Ana Claudeise Silva do Nascimento
Lísley Pereira Lemos Nogueira Gomes
Luiz Francisco Loureiro

SUPERVISÃO TÉCNICA E EDITORIAL SEMA-AM
Ana Cláudia Leitão
Caroline Yoshida
Christina Fisher
Francisco Melgueiro
Gilmar Souza
Gleidson Aranda
Jefferson Moreira
Karen de Santis Campos
Marcia Lins

CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DA RDS AMANÃ

PROJETO GRÁFICO
Doizum Comunicações
Lísley Pereira Lemos Nogueira Gomes
(infográficos)

FICHA CATALOGRÁFICA
Graciete do Socorro da Silva Rolim

FOTO CAPA
Priscila Maria Pereira

FOTO CONTRA CAPA
Marco Lopes

APOIO
Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA

SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ
Ana Rita Alves, Presidente

Sociedade Civil Mamirauá / Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas
Plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: versão resumida e ilustrada. / Ana Claudeise Silva do Nascimento (Coordenação geral). – Manaus: Sociedade Civil Mamirauá; SEMA. 2020.
102p., il., color.

ISBN: 978-85-88758-97-1 (Internet)
ISBN: 978-85-88758-96-4 (Impresso)

1. Unidades de conservação – Plano de gestão. 2. Áreas protegidas - Amazônia. 3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Amazonas. I. Título.

CDD 333.72

Ficha Catalográfica: Graciete Rolim (Bibliotecária CRB-2/1100)

Este conteúdo foi organizado a partir dos resultados do Termo de Referência Nº 2015.1215.00005-6 e respectivo contrato celebrado entre FUNBIO e Sociedade Civil Mamirauá, realizado entre 2017 e 2020.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação - DEMUC

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2180, Parque Dez de Novembro, Manaus/AM - CEP 69050-030 - Fone/fax: (92) 3642-4607

Sumário

Introdução *12*
Informações Gerais *15*
Caracterização Ambiental *26*
Patrimônio Arqueológico *37*
Caracterização Socioeconômica *39*
Padrão de Uso dos Recursos Naturais *64*
Missão e Visão de Futuro *71*
Zoneamento Participativo *72*
Regras da Unidade de Conservação *78*
Programas de Gestão *87*
Declaração de Significância *99*

© Marilene Ribeiro

Antônio Francisco,

Queremos lembrar de ti assim, como um grande comunicador popular, uma liderança nata que muito se dedicou para que a Reserva Amanã se solidificasse. Você partiu para outro plano, mas deixou seu legado nesta terra.

Em homenagem.

© ASCOMIIDSM

© Amanda Lelis

© Marco Lopes

Apresentação

O que é este documento e o que posso encontrar aqui?

Você está lendo uma **versão resumida do Plano de Gestão da RDS Amanã** construída após aprovação deste plano pelo Conselho Gestor Deliberativo da RDS Amanã. Ela contém o histórico desta UC, as características socioeconômicas e culturais de suas populações, registros sobre a paisagem e a biodiversidade da RDS Amanã, além de acordos e estratégias firmadas em prol do desenvolvimento sustentável deste território protegido.

Este resumo serve para facilitar o acesso as informações do Plano de Gestão da RDS Amanã, além de ajudar os moradores, usuários e gestores desta UC entenderem e colaborarem com sua gestão.

Para ter acesso ao conteúdo completo do Plano de Gestão da RDS Amanã,

utilize o documento público, disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em:

www.meioambiente.am.gov.br/plano-de-gestao

Para te ajudar, vamos indicar em quais páginas do documento completo você pode encontrar cada um dos temas abordados aqui, conforme o exemplo ao lado:

Páginas **01** a **735**.

© Bernardo Oliveira

© Bernardo Oliveira

Introdução

O que é e para que serve o Plano de Gestão?

O Plano de Gestão é o documento orientador do gerenciamento de uma Unidade de Conservação (UC). O Plano de Gestão da RDS Amanã contém informações sobre a região e seus habitantes, as regras e o zoneamento da reserva e um planejamento das atividades que serão executadas pelas entidades gestoras (Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, Central das Associações de Moradores e Usuários da RDS Amanã – CAMURA, Conselho Gestor Deliberativo), pelos poderes públicos municipais, e por moradores e usuários para atingir os objetivos desta UC.

Assim, o Plano de Gestão é um instrumento que serve para informar a sociedade sobre as práticas e os objetivos da RDS Amanã e orientar as decisões tomadas neste território, viabilizando planejamentos, parcerias e financiamentos.

O que é uma Unidade de Conservação (UC)?

É um território protegido pelo Poder Público para conservar a biodiversidade, as paisagens naturais, as formas de manejo e o modo de vida de populações tradicionais que zelam pela floresta e por seus territórios através de práticas sustentáveis. Para mais informações, consulte o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC (Lei complementar nº 53 de 2007).

Como foi feito o Plano de Gestão da RDS Amanã?

O Plano de Gestão da RDS Amanã foi construído coletivamente pelos moradores, usuários e gestores desta UC, com a ajuda da equipe técnica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e o financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

© SEMA

Participantes da Assembleia Geral e da Assembleia de Validação das OPPs da RDS Amanã

Durante dois anos (de dezembro de 2017 a dezembro de 2019), foram realizadas cinco etapas que envolveram levantamentos, pesquisas, conversas e elaboração de estratégias pelos diferentes atores da RDS Amanã e do seu entorno. Até que, em dezembro de 2019, após passar por audiência pública, o Plano de Gestão da RDS Amanã foi aprovado pelo Conselho Gestor Deliberativo da reserva.

Fases de elaboração do Plano de Gestão da RDS Amanã

De dezembro de 2017 a março de 2018

Pesquisas e levantamentos sobre os ambientes, a biodiversidade, sobre os diferentes aspectos sociais e usos de recursos no Amanã.

De janeiro a julho de 2018

Levantamento socioeconômico e demográfico com entrevistas aos moradores e usuários do RDS Amanã.

De outubro de 2018 a março de 2019

Oficinas de Planejamento Participativo para discussão das regras, estratégias e sobre o futuro da RDS Amanhã. (*525 participantes*)

11 a 13 de abril de 2019

Assembleia Geral de Validação do Plano de Gestão. (*282 participantes*)

© Fotos do alto para baixo: Everson Tavares, Bernardo Oliveira, Maria Isabel Martins e Lisley lemos.

As leis e os órgãos que regulam o funcionamento de uma Unidade de Conservação

As leis que dizem o que pode e o que não pode ser feito nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas são:

o **SEUC** (Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Lei complementar nº 53 de 2007), criado pelo Governo do Amazonas, e

o **SNUC** (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985 de 2000), criado pelo Governo Federal.

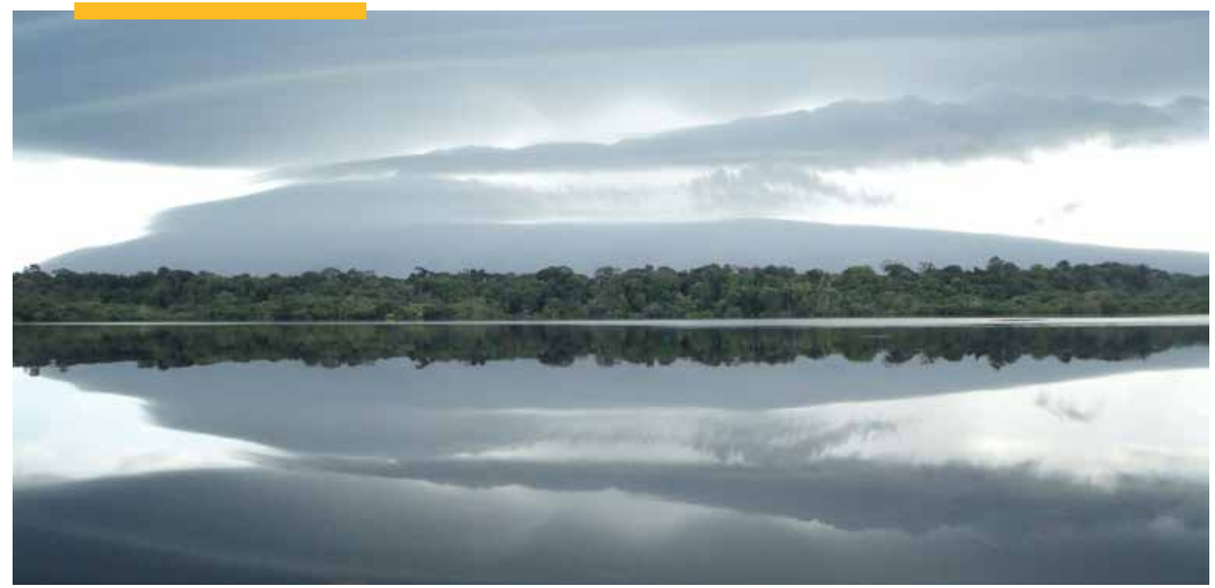
Essas duas leis devem ser entendidas e seguidas por todos os atores e poderes públicos que atuam na RDS Amanã, já que elas também orientam sobre como fazer a gestão da reserva, quais recursos podem ser manejados e o que os órgãos de fiscalização devem fazer quando as regras não são respeitadas.

Os órgãos e setores responsáveis por zelar pelo meio ambiente e pela riqueza natural e social da RDS Amanã estão listados no quadro abaixo:

ÓRGÃOS DO GOVERNO		*O QUE FAZ?*
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Executa a Política Ambiental do Amazonas
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	Responsável pelo licenciamento de projetos que podem trazer impactos ao ambiente e fiscaliza o cumprimento da Política Ambiental do Amazonas.
DEPARTAMENTO NA SEMA		***O QUE FAZ?***
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação	É responsável pela gestão (administração) das UCs do Amazonas.
COLEGIADO NA SEMA		***O QUE FAZ?***
CEMAAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas	Faz a supervisão da Política Ambiental executada pela SEMA.

SETOR	*INTEGRANTES*	*O QUE FAZ?*
Conselho Gestor Deliberativo	Representantes dos órgãos públicos, da sociedade civil, das comunidades tradicionais e população usuária.	Toma as decisões sobre a Unidade de Conservação. O presidente do conselho é o chefe da UC, indicado pela SEMA.
CAMURA (Central das Associações dos Moradores e Usuários da RDS Amanã)	Moradores e usuários da UC	Associação mãe da UC. Reúne as associações comunitárias e representa os moradores, zelando por seus interesses junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal. Também apoia o órgão gestor da UC e é a associação concessionária do direito real de uso dos recursos naturais e de moradia, e que representa todas as comunidades da RDS.

© Eduardo Coelho



Informações Gerais

Ficha técnica

Páginas 33 a 35.

Nome	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã
Área	2.348.962,9 hectares (23.489,62 km²)
Municípios abrangidos	Barcelos, Coari, Codajás e Maraã
Órgão Gestor	Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-Amazonas)
Decreto de criação	Decreto Estadual n° 19.021 de 04 de agosto de 1998
Endereço do Órgão Gestor	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3280, Parque Dez de Novembro, Manaus/AM CEP 69050-030
Categoria de Unidade de Conservação	Uso Sustentável
Limites com Terras Indígenas	TI Cuiu-Cuiu
População da Unidade	**MORADORES DA RDS AMANÃ:** 4.503 pessoas em 858 famílias e 108 localidades. **USUÁRIOS:** 182 pessoas em 53 famílias e 6 localidades **MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO USUÁRIOS PONTUAIS*:** 773 pessoas em 157 famílias e 19 localidades. *usuários para a pesca na época da cheia dos rios Japurá e Solimões **TOTAL: 5.458 pessoas em 1.068 famílias e 133 localidades.**

Continuação na página 16...

Associação Mãe da UC	Central das Associações dos Moradores e Usuários da RDS Amanã (CAMURA)
Conselho Gestor	Conselho Deliberativo
Situação fundiária atual	Concessão de Direito Real de Uso Coletiva para as comunidades registradas

Coordenadas geográficas dos principais vértices das poligonais da área

Vértices memorial descritivo Decreto Estadual n° 19.021	lat	long
1	-3.02210	-64.33395
2	-2.88737	-63.93743
3	-2.81340	-63.72016
4	-2.54844	-63.79358
5	-2.50410	-63.96917
6	-2.45021	-63.92036
7	-2.42493	-63.73849
8	-1.70422	-62.81382
9	-1.69007	-63.80915
10	-2.00024	-64.84598
11	-2.00021	-64.93247
12	-1.99990	-65.10737
13	-2.00038	-65.23246
14	-2.34336	-65.13806
15	-2.52962	-65.02770
16	-2.92194	-64.83459
17	-3.51088	-64.15794

Bioma	Amazônia
Bacia Hidrográfica	Rio Japurá, Rio Solimões, Rio Unini
Vegetação	Floresta de várzea, Floresta de Terra-firme, Floresta de Igapó, Campinarana, Formações pioneiras (herbáceas)
Corredor Ecológico	Corredor Central da Amazônia
Mosaico	Baixo Rio Negro (setor da bacia do Rio Unini)
Reconhecimento	• Patrimônio Mundial Natural pela Unesco (Membro do Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central) • Membro da Reserva da Biosfera da Amazônia Central-RBAC • Sítio da Convenção de RAMSAR - Área Úmida de Importância Internacional
Atividades em desenvolvimento	• Agricultura de subsistência e comercial • Pesca de subsistência e comercial • Extrativismo madeireiro e não-madeireiro • Artesanato de cipós e talas • Manejo de Peixes Ornamentais • Artefatos de barro
Atividades potenciais	• Turismo de Base Comunitária • Turismo cultural em sítios arqueológicos • Criação de pequenos animais • Manejo de abelhas • Manejo de pesca • Manejo de recursos não-madeireiros

Continuação na página 17...

Atividades conflitantes	• Pesca esportiva ilegal (setor da bacia do rio Unini) • Pesca comercial ilegal • Tráfico de drogas
Zona populacional	Margem esquerda do Rio Japurá, Paraná do Coraci, Rio Cubuá e arredores, Lago Amanã e arredores, margem direita do Rio Unini
Educação formal disponível	• Ensino Fundamental • Ensino Médio (tecnológico e normal) • Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Planos de manejo	**PLANO DE MANEJO DE PIRARUCU:** Acordo de Pesca do Complexo de Lagos do Pantaleão; Acordo de pesca Marumaruá Atapi e Manejo do Unini; **ACORDOS COMUNITÁRIOS INSERIDOS NA UC*:** Acordo de Pesca do Paraná Velho; Acordo de Pesca do São José; Manejo Participativo Comunitário do Setor Coraci; **ZONA DE AMORTECIMENTO:** Acordo de pesca do Jarauá; Acordo de pesca do Complexo de Lagos Paraná do Jacaré; Acordo de pesca do Complexo do Jurupari Grande; Acordo de pesca do Complexo de Lagos do Seringa; **PLANO DE MANEJO DE PEIXES ORNAMENTAIS:** Paraná Velho e Setor Unini * Acordos com autorização do IBAMA, regimento interno e zoneamento de lagos. Obs.: os que não possuem IN estarão descritos no item 9.2.2.1 da versão completa, estão em processo de regulamentação.
Pesquisas registradas por ano (média)	14
Programa Bolsa Floresta - FAS	Sim, desde 2009
Programa Arpa	Sim
Programa de Agente Ambiental Voluntário (AAV)	Sim, desde 1997 até 2013 pelo IBAMA. Inicia em 2010 pelo Estado do Amazonas
Programa de Monitoramento da Biodiversidade	Sim, desde 2017

Histórico de criação

DÉCADA DE 1970

O reconhecimento da relevância da região que hoje é a RDS Amanã para a conservação da biodiversidade está apoiado em pesquisas realizadas na região do lago Amanã desde o final da década de 1970.

1996

No ano de 1996, durante a V Assembleia de Moradores e Usuários da RDS Mamirauá, lideranças comunitárias da região do lago Amanã reivindicaram, perante instituições e autoridades locais, a criação de uma reserva similar à Mamirauá que incluísse seus territórios.

Ambiente

veja

Maior do mundo

União de três reservas ambientais cria um corredor verde gigante na selva amazônica

A reserva de Amanã: no coração da floresta, um labirinto de rios e lagos inexplorados

Reportagem da revista Veja após a criação da RDS Amanã (11 de novembro de 1998).

1998

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã foi instituída pelo Decreto Estadual n° 19.021, de 04 de agosto de 1998.

DÉCADA DE 1990

Em meados da década de 1990, consultores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, participantes do "Projeto Parques e Reservas", identificaram a região como prioritária para a implementação do Corredor Ecológico Central da Amazônia.

© *Eduardo Coelho*

Tríplice fronteira entre Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Amazônia Central e Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.

1997

A proposta formal de criação da RDS Amanã foi elaborada pelos pesquisadores Márcio Ayres, Vera da Silva e Bruce Nelson, e submetida à apreciação do IPAAM em outubro de 1997.

Origem do nome

O nome da RDS Amanã foi emprestado do grande lago localizado na porção sudoeste da reserva. Com 50 km de comprimento e até 3,5 km de largura, o lago Amanã está totalmente incluso dentro dos limites da RDS e serve como referência histórica e geográfica para os habitantes da região do baixo rio Japurá.

© *Leonardo Lopes*

Vista aérea do lago Amanã.

© *Marcelo Santana*

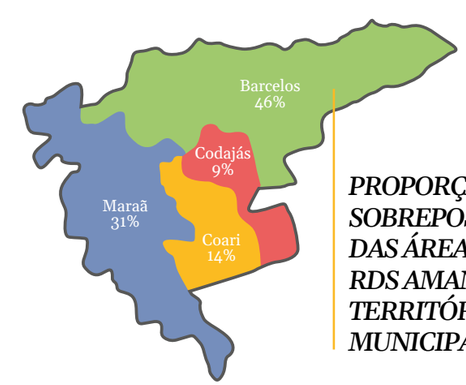
Chuva caindo sobre o lago Amanã.

O significado antigo da palavra usada para dar nome ao lago e à reserva está ligado à chuva. Em tupi, por exemplo, a palavra *amana* significa *água de chuva*, enquanto da Língua Geral a mesma palavra também pode ser traduzida como *nuvem*. Assim, Amanã pode ser o lugar da chuva.

Localização e limites

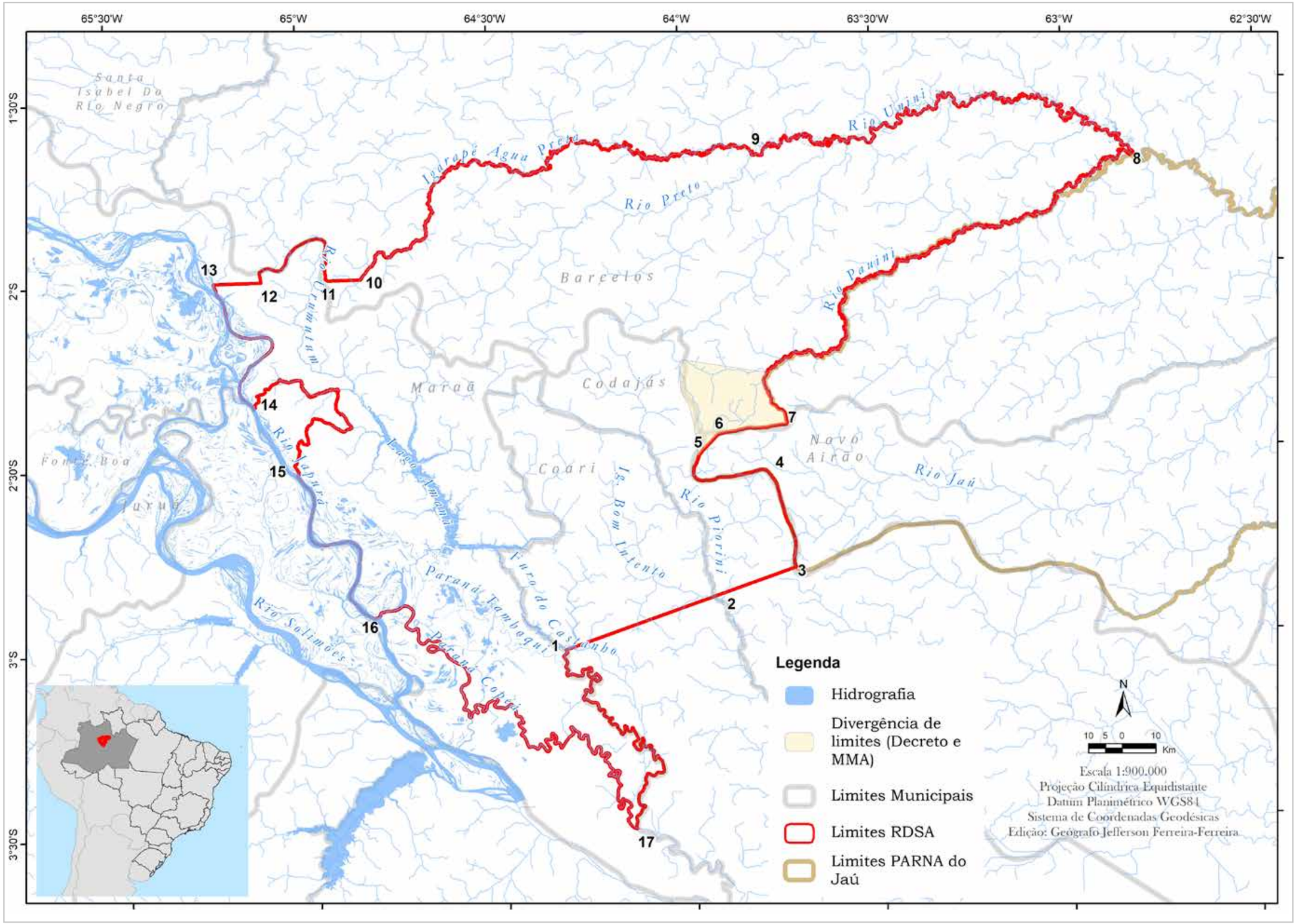
A RDS Amanã está localizada na Amazônia Central, a cerca de 680 km de Manaus por via fluvial. Ela cobre parte das bacias de drenagem do rio Solimões, do rio Japurá e do rio Negro e seu território, com área de 2.348.962,9ha, sobrepõe-se aos territórios dos municípios de Maraã, Coari, Barcelos e Codajás/AM.

A RDS Amanã faz extrema, a leste, com o Parque Nacional do Jaú, a norte, com a Reserva Extrativista do Rio Unini, a oeste, segue pela margem esquerda do rio Japurá até os limites da Reserva Indígena Cuiu-Cuiu e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e, a sul, é limitada pelo paraná do Copeá, e pela confluência do Rio Tambaqui com o furo do Castanho (também chamado de lago do Castanho).



PROPORÇÃO DE SOBREPOSIÇÃO DAS ÁREAS DA RDS AMANÃ COM TERRITÓRIOS MUNICIPAIS

Limites da RDS Amanã



Acesso à RDS Amanã

1º OPÇÃO:
partindo do município Barcelos, a RDS Amanã pode ser acessada por via fluvial por meio do rio Unini (cerca de 24 horas de barco ou 11 horas de lancha rápida).

2º OPÇÃO:
é o acesso a partir do município de Coari, pelo paraná do Copeá (cerca de cinco horas de embarcação regional).

3º OPÇÃO:
cerca de três horas via barco regional a partir de Maraã permitem o acesso à RDS Amanã pelo Rio Japurá.

4º OPÇÃO:
é pela cidade de Tefé/AM, que pode ser acessada via aérea (uma hora de voo, 48horas de barco regional, ou 12horas de lancha rápida, partindo de Manaus). Após o trecho Manaus-Tefé, é necessário navegar o rio Solimões até a sua confluência com o Japurá para acessar a RDS Amanã por este rio.

© Eduardo Coelho

Barco regional (recreio) utilizado em viagens para a RDS Amanã.

Histórico de ocupação humana

© Aline Fidelix

Povos indígenas da RDS Amanã

No final do século XVII, com a criação de aldeamentos missionários pela coroa espanhola, foram registradas as primeiras notícias mais precisas sobre os grupos indígenas da região da RDS Amanã.

Entre os indígenas aldeados naquela época estavam os Catoayari, no lago Urini, os Yaguana, nas várzeas entre o lago Amanã e o rio Solimões, os Cauacaua, na margem esquerda da boca do rio Japurá, os Caiarioni, nas cabeceiras do lago Amanã e os Guayoana, na terra firme entre os rios Unini e Jaú.

O fato é que os indígenas aldeados nas imediações de vilas que se transformaram em cidades da região (como, Tefé, Maraã e Coari) passaram por uma espécie de apagamento histórico.

Mas, nas últimas décadas, as identidades indígenas têm se recuperado na região, e atualmente há, na RDS Amanã, 12 comunidades indígenas com registros de pedidos de demarcação junto ao órgão indigenista.

A formação das comunidades ribeirinhas da RDS Amanã

A história da ocupação humana da RDS Amanã conta com a participação de populações descendentes dos grupos indígenas locais e sucessivas levas de migrantes nordestinos. De um modo geral, no período que vai do início do século XX até os dias de hoje, ela pode ser dividida em dois momentos:

ATÉ 1960

ATÉ A DÉCADA DE 1960 a ocupação da região foi ditada pelo interesse dos patrões, com as famílias espalhadas em sítios e colocações mata adentro, e a exploração das áreas de terra firme voltada para o extrativismo vegetal e das áreas de várzea para a pesca.

A PARTIR 1960

A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 a ocupação da região passou a ser orientada pela formação de comunidades, reunindo as famílias e proporcionando a realização de atividades coletivas como o cultivo de roças e o desenvolvimento de projetos de gestão de recursos naturais.

© Marcelo Santana

A história das comunidades ribeirinhas da RDS Amanã está diretamente ligada à atuação da Igreja Católica na região que, a partir da Prelazia de Tefé, introduziu o modelo de Comunidade Eclesial de Base e proporcionou a formação política e o desenvolvimento de projetos visando a melhoria das condições de vida da população que habitava a região da atual RDS Amanã.

Situação fundiária

A RDS Amanã está localizada sobre sete Glebas (terras) do Governo do Estado do Amazonas: Aliança, Ati Paraná, Curaci, Formosa, Nova Aurora, Santa Cruz e São Gabriel.

Existem 23 títulos definitivos de terra no interior da RDS Amanã, representando 2,4% da área total da Unidade de Conservação. Todos eles são anteriores à criação da RDS Amanã, sendo o mais antigo de 1899, e o mais recente de 1938.

O que é uma Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)?

É um instrumento pelo qual o Poder Público concede uma área pública (por exemplo, a área onde está a reserva) a usufruto de particulares (por exemplo, a associação dos moradores). Em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como é a RDS Amanã, a CDRU serve para legitimar o uso da terra, dando direito à moradia e utilização de recursos, mas não possibilita a venda da terra, que só pode ser transmitida por herança.

Na RDS Amanã, até alguns anos atrás, as CDRU eram emitidas de forma individual, por família. No entanto, desde 2012 a CDRU é emitida para a associação-mãe da RDS, a Central de Associações de Moradores e Usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (CAMURA).

Páginas 195 a 202.

Aspectos institucionais

A organização institucional da RDS Amanã ocorre de acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, que prevê três instâncias na gestão das unidades de conservação estaduais:

O ***ÓRGÃO GESTOR***, que é a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA);

o ***ÓRGÃO FISCALIZADOR***, que é o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM); e

o ***CONSELHO DELIBERATIVO***, que é o Conselho Gestor, presidido pelo órgão gestor e composto por representantes de órgãos públicos, das comunidades residentes e usuárias, e da sociedade civil.

Precisa falar com o órgão gestor da RDS Amanã?

Atualmente, a RDS Amanã conta com uma equipe técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente/DEMUC, em Manaus. Além disso, há um escritório do DEMUC/SEMA na sede do município de Tefé que serve como base de apoio para o chefe da RDS.

Guardiões e guardiãs da reserva

Para os moradores da RDS Amanã a organização é uma ferramenta para proteger os recursos naturais. O Programa Agente Ambiental Voluntário (AAV), criado na vizinha RDS Mamirauá, começou a ser aplicado na área da RDS Amanã a partir do ano de 1997. Atualmente, a RDS Amanã conta, com 66 AAVs em atividade, distribuídos em 10 setores. Agindo no passado como fiscalizadores e no presente como educadores ambientais, os AAVs têm se mostrado importantes mobilizadores contribuindo muito para as atividades de manejo.

© Bruno Kelly

AAV da RDS Amanã em atividade.

© *Marcelo Santana*

Um morador da RDS Amanã contribui com o monitoramento participativo de recursos naturais.

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

Fatores Abióticos

Páginas 65 a 89.

Há cerca de 125mil anos, um grande rio passava onde hoje é a RDS Amanã. Daquele tempo até os dias atuais o rio mudou de curso, deixando para trás praias, ilhas, restingas e pontas de terra que hoje formam as áreas de várzea e terras altas da RDS Amanã.

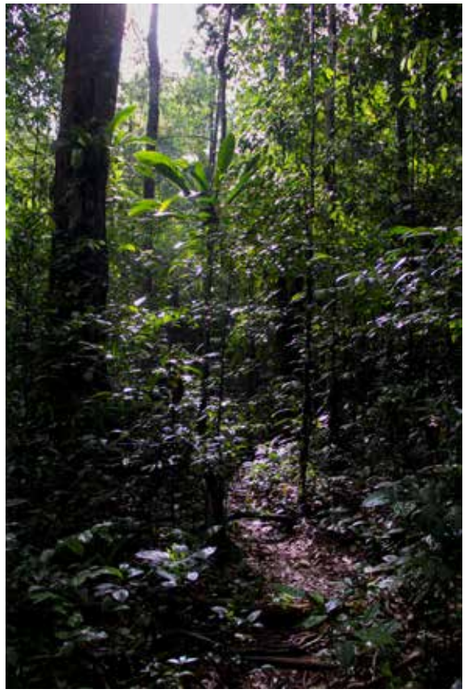
Em um voo pela área central da RDS Amanã podemos ver, com auxílio de tecnologias que permitem medir a elevação do terreno, um "paredão" no alto curso do Rio Piorini. É esse barranco alto que divide as terras firmes altas (ou terras firmes seguidas) das terras firmes mais baixas, também chamadas de paleovárzeas (áreas que, por volta de 125 a 75mil anos atrás, já foram várzeas deste rio que passava por onde hoje é a RDS Amanã).

Na RDS Amanã, além das terras seguidas e das terras firmes em solos de paleovárzea, é possível identificar áreas de várzea. Isso faz desta reserva uma importante região de ligação para estas diferentes formações geomorfológicas.

A história contada pelo rio

Uma prova de que rios e paranás contam a história das paisagens é a transformação da região que liga o lago Amanã ao lago Urini e o paraná Velho. Em apenas 30 anos esta região mudou tanto que o que antes era largo e de fácil trânsito, como a passagem do Amanã para o Urini, agora é estreito e de trânsito complicado, enquanto, com o fechamento do paraná Velho, surgiu o que hoje é o paraná do Amanã.

© *Amanda Lelis*



Exemplo de floresta de paleovárzea da RDS Amanã (setor Lago Amanã).

1986 *2006* *2015*

Estreitamento da passagem do lago Amanã para o lago Urini, fechamento do paraná Velho e formação do novo paraná do Amanã.

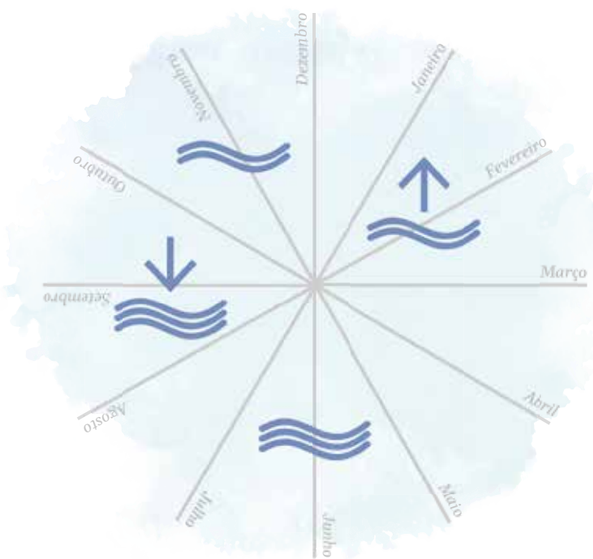
A área da RDS Amanã apresenta 8 classes de solos, sendo que mais de 70% são do tipo Argilosos.

O clima da RDS Amanã é o equatorial, com chuvas ao longo de todo o ano, sendo mais intensas e frequentes entre os meses de janeiro a abril.

O pulso de inundação na região da RDS Amanã se divide em enchente (final de novembro ao início de maio), cheia (maio a julho), vazante (julho a setembro) e seca (setembro a novembro).

© Marcelo Santana

Exemplo de Argiloso (tabatinga, ou barro branco) à margem do igarapé do Ubim.



Exemplo de calendário circular com a dinâmica das águas da RDS Amanã.

Em tempo de mudanças climáticas...

Os antigos são conhecedores do regime das águas na RDS Amanã. É indispensável unir este conhecimento ao monitoramento das águas para que grandes cheias e grandes secas sejam previstas com antecedência e os impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade e os moradores da RDS Amanã sejam entendidos e, na medida do possível, remediados.

Fatores Bióticos

As florestas da RDS Amanã

Aproximadamente 75% das florestas da RDS Amanã são de Terra Firme (Floresta Ombrófila Densa e Aberta das Terras Baixas).

É neste tipo de vegetação que ocorrem espécies importantes para o extrativismo vegetal na RDS Amanã, como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), a copaíba (*Copaifera spp.*) e a itaúba (*Mezilaurus itauba*).

Os aproximadamente 25% restantes do território da RDS Amanã são divididos em várzeas e paleovárzeas (Floresta Ombrófila Densa e Aberta Aluvial) e campinas e campinaranas.

As paleovárzeas, regiões que no passado foram a várzea do antigo rio de água branca que passava onde hoje é a RDS Amanã, encontram-se na bacia formada pelo lago Amanã e o rio Unini. Já as atuais várzeas da RDS Amanã encontram-se na região influenciada pelas águas do rio Japurá, no sudoeste da reserva.

Nas florestas da RDS Amanã são encontradas duas espécies vegetais ameaçadas de extinção, a Ucuuba (*Virola surinamensis*) e o Mututi (*Pterocarpus santalinoides*).

© Eduardo Coelho

Quengos em uma picada de castanha na RDS Amanã.

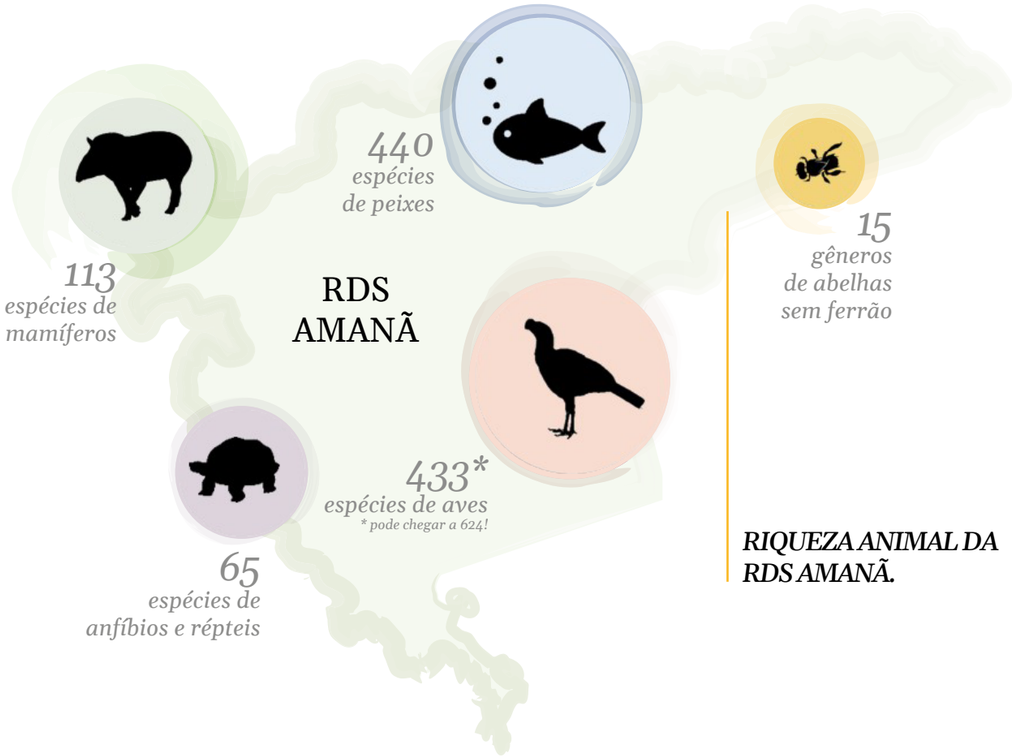
© Marcelo Santana

Exemplo de igapó em paleovárzea da região do lago Amanã.

© Aline Fidelix

Exemplo de paraná em área de várzea na RDS Amanã.

Os animais da RDS Amanã



RIQUEZA ANIMAL DA RDS AMANÃ.

Mastofauna

Até o ano de 2018 foram encontradas 113 espécies de mamíferos na RDS Amanã.

Uma rica vizinhança

Os mamíferos da RDS Amanã podem ser divididos, de acordo com suas casas, em dois grandes grupos: os **habitantes das matas**, como a anta (*Tapirus terrestris*), a onça-pintada (*Panthera onca*), os porcos (*Tayassu pecari*, queixada; e *Pecari tajacu*, catitu), os macacos (Primates), os tamanduás, os tatus e as preguiças (Xenarthra), e os roedores, como a capivara (*Hydrochaeris hydorchaerus*), a paca (*Cuniculus paca*), a cutia (*Dasyprocta fuliginosa*) e os ratos; e os **habitantes das águas**, como o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), o boto-cor-de-rosa ou vermelho (*Inia geoffrensis*), o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e a lontra (*Lontra longicaudis*).

© Amanda Lelis

A anta é o maior mamífero terrestre da RDS Amanã.

© Emiliano Esterci Ramalho

A onça é um mamífero que ocorre na RDS Amanã.

© Hani El Bizri

A paca é um mamífero noturno que ocorre na RDS Amanã.

© Marcelo Santana

A ariranha é um mamífero aquático que ocorre na RDS Amanã.

© Marcelo Santana

O boto-rosa também ocorre nas águas da RDS Amanã.

© André Dib

O peixe-boi é outro exemplo de mamífero aquático da RDS Amanã.

Os mamíferos são caçados na RDS Amanã por serem importantes fontes de alimento para os moradores, mas também podem ser capturados acidentalmente (por exemplo, emalhe acidental em malhadeiras) ou serem perseguidos por ocasionarem prejuízos para os plantios, perda de animais de criação e para a pesca dos moradores e usuários da RDS Amanã.

Fique de olho!

É importante monitorar as populações de mamíferos na RDS Amanã, para que a caça de subsistência permaneça sustentável, as populações de animais mantenham-se saudáveis e para reduzir os conflitos entre animais e humanos. O monitoramento participativo e os acordos de gestão compartilhada e manejo da caça são excelentes estratégias para atingir esses objetivos!

© Eduardo Coelho

Moradores da RDS Amanã caçam para sua subsistência.

SINAL DE PERIGO

O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a anta, o queixada, o peixe-boi amazônico, a ariranha e o boto-vermelho são mamíferos registrados na RDS Amanã que atualmente são considerados ameaçados de extinção.

Avifauna

Até a publicação do Plano de Gestão, foram registradas 433 espécies de aves na RDS Amanã, porém estima-se que este número seja maior, podendo chegar a 624 espécies de aves. É uma grande riqueza de espécies, que inclui, por exemplo, aves aquáticas como o pato-do-mato (*Cairina moschata*) e o socozinho (*Butorides striata*), passarinhos como o japiim (*Cacicus haemorrhous*) e o bico-de-brasa (*Monasa nigrifrons*), e aves que habitam as florestas, como o inhambu-galinha (*Tinamus guttatus*) e o mutum-fava (*Pauxi tuberosa*).

© Alex Socci

A araracanga (Ara macao) é uma ave que ocorre na RDS Amanã.

© Marcelo Santana

O urubu-rei (Sarcoramphus papa) é outra espécie de ave da RDS Amanã.

© Amanda Lelis

O socó-azul, ou garça-da-mata (Agamia agami) é uma ave migratória, que habita temporalmente os igarapés do lago Amanã durante o seu período reprodutivo.

Alguns grupos de aves são alvos de caça na RDS tanto para alimentação, como os Anatídeos (patos e marrecos), Tinamídeos (inhambus) e Cracídeos (mutum, jacu), quanto por ocasionarem prejuízos às atividades econômicas dos moradores e usuários da RDS Amanã, como os Accipitrídeos (gaviões) e Psitacídeos (papagaios, araras e maritacas).

Herpetofauna

Pelo menos 65 espécies de anfíbios e répteis ocorrem na RDS Amanã. São 30 espécies de lagartos, uma de anfisbênia, 25 de cobras, quatro de jacarés – jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), jacaretinga (*Caiman crocodilus*), jacaré-paguá (*Paleosuchus palpebrosus*) e jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus*) – e sete de quelônios, ou bichos de casco, entre as quais estão cinco espécies apreciadas para consumo na região, como a iaçá (*Podocnemis sextuberculata*), o tracajá (*Podocnemis unifilis*), a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), o cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*), e o jabuti (*Chelonoidis denticulatus*).

© Everson Tavares

Exemplo de réptil que ocorre na RDS Amanã.

© Bruno Kelly

O jacaré-açu é uma das quatro qualidades de jacarés que ocorrem na RDS Amanã.

De ovo em ovo...

Ovos e carne de jacarés e quelônios são, além de importantes alimentos, itens historicamente valorizados na culinária da região da RDS Amanã. Para que estas fontes de sobrevivência e tradição não se esgotem, é importante manter as pesquisas participativas que medem os impactos do uso destes animais e subsidiam o manejo de suas populações e ambientes, como as praias de desova.

© *Eduardo Coelho*

Quelônios manejados no Rio Unini, comunidade Vila Nunes, RDS Amanã.

OLHA A COBRA!

Na RDS Amanã, a banha da sucuriju (*Eunectes murinus*) é um remédio tradicional e o abate desta espécie pode ser motivado tanto por esta finalidade quanto por casos de emalhe acidental em redes de pesca. Já as outras cobras da RDS Amanã geralmente são mortas por causarem insegurança aos moradores. No ano de 2011, por exemplo, a taxa de acidentes ofídicos chegou a 0,69 habitante atacado/população amostrada. O perfil mais frequente de acidentes ocorre durante o dia, em regiões de várzea, e envolve homens jovens e adultos realizando atividades de agricultura e caça. A jararaca, ou surucu (*Bothrops atrox*), é a espécie com maior número de relatos de acidentes.

Ictiofauna

Atualmente têm-se registro de 440 espécies de peixes habitantes do rico mosaico de ambientes aquáticos formado pelos igarapés, lagos e canais de águas brancas e pretas da RDS Amanã. As vegetações flutuantes e marginais das águas da reserva são importantes berçários e hábitats para os peixes desta região.

© *Bernardo Oliveira*

O acará-boari (Mesonauta insignis) é uma das espécies ornamentais encontradas nas águas da RDS Amanã.

Novidade no lago!

Dentre as espécies de peixes que habitam a RDS Amanã, duas foram descobertas nesta unidade de conservação, e foram chamadas de *Anablepsoides amanan* e *Laimosenion ubim*, em homenagem ao lago que dá nome a reserva e um de seus afluentes.

PEIXE PARA DAR E VENDER

Além dos famosos tucunaré (*Cichla* spp), pirarucu (*Arapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macroporum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*) e pacu (*Mylossoma* spp.), a RDS Amanã é casa de peixes de uso ornamental, sendo seu manejo uma importante alternativa de renda para os moradores e usuários desta RDS. Em toda RDS Amanã, é permitido o manejo de acarás (*Acarichthys heckellii*), acará-roxo (*Heros efasciatus*), acará-boari (M*esonauta insignis*), acará-disco (*Symphysodon aequifasciatus*), e também de peixes-borboleta, peixe-lápis e algumas qualidades de piabas.

Abelhas nativas sem ferrão

Na RDS Amanã, foram registrados, até o momento, 15 gêneros de abelhas sem ferrão. O destaque vai para aquelas do gênero *Melipona* que inclui as espécies jandaíra e uruçu, mais comuns entre os meliponicultores (criadores de abelhas para extração de mel) da região devido à maior produção de mel.

© *Leonardo Lopes*

A jandaíra-amarela é uma das subespécies do gênero Melipona encontrada na RDS Amanã.

Na ponta da língua: Serviços Ambientais

© Bruno Kelly

O QUE SÃO SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS?

São os benefícios da natureza para a humanidade. A água que bebemos, os animais que comemos, a manutenção de um clima estável, a qualidade de nossos plantios através da polinização das nossas plantas cultivadas são exemplos de serviços ecossistêmicos. São vitais para o bem-estar humano e atividades econômicas.

O QUE SÃO SERVIÇOS AMBIENTAIS?

São as ações humanas que melhoram os serviços ecossistêmicos. Formam um ciclo de cooperação entre seres humanos e natureza. Então, quando mantemos a floresta em pé, quando preservamos as populações de peixes, ou quando zelamos pelas cabeceiras de rios e igarapés estamos prestando um serviço ambiental para a natureza e toda humanidade.

E EU COM ISSO?

Os povos e comunidades tradicionais são os principais protetores da floresta e podem receber um valor monetário por cooperarem com a conservação e o bom funcionamento da natureza por meio do uso sustentável dos recursos naturais. Esta valoração do zelo dos ribeirinhos pela floresta e pelas águas é chamada de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), uma transação voluntária que procura garantir ações para manter essa cooperação e gerar alternativas econômicas para a população que vive na floresta.

Uma justa recompensa

Com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Lei Nº 3.135, de 5 de junho de 2007), o Estado do Amazonas estabeleceu uma série de estratégias que preveem o pagamento por serviços ambientais à população rural, através da criação do Programa Bolsa Floresta, viabilizado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), criada em 2007.

© Adriano Gambarini

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Páginas 90 a 97.

Com seus cacos (fragmentos de cerâmica) e terras pretas de índio, os sítios arqueológicos encontrados na RDS Amanã reúnem um valoroso patrimônio que remete ao contexto das ocupações pré-coloniais (ocupações humanas de um período antes da colonização europeia da América) da região.

As pesquisas arqueológicas realizadas na RDS Amanã despertaram, principalmente, questões sobre a antiguidade (com vestígios de mais de 3.000 anos atrás) e variabilidade (com pelo menos quatro diferentes culturas) dos vestígios encontrados.

© Adriano Gambarini

Exemplo de caco de índio encontrado no lago Amanã.

Riscos do presente para os vestígios do passado

A avaliação dos sítios arqueológicos da RDS Amanã indicou que os principais riscos de ordem natural são a erosão, causada pela chuva e pelas cheias, e o clima quente e úmido, que dificulta a conservação dos vestígios orgânicos (como os restos de alimentos que podem ser encontrados em potes ou lixeiras). Fatores culturais que também podem causar impactos negativos na conservação dos vestígios encontrados na RDS Amanã são atividades como a construção de casas, aterros, poços e lixeiras, a limpeza de terrenos e o trânsito de pessoas sobre os sítios.

© *Bernardo Costa*

Moradores da comunidade Bom Jesus do Baré envolvido na escavação de urnas funerárias em 2012.

© *Caetano Franco*

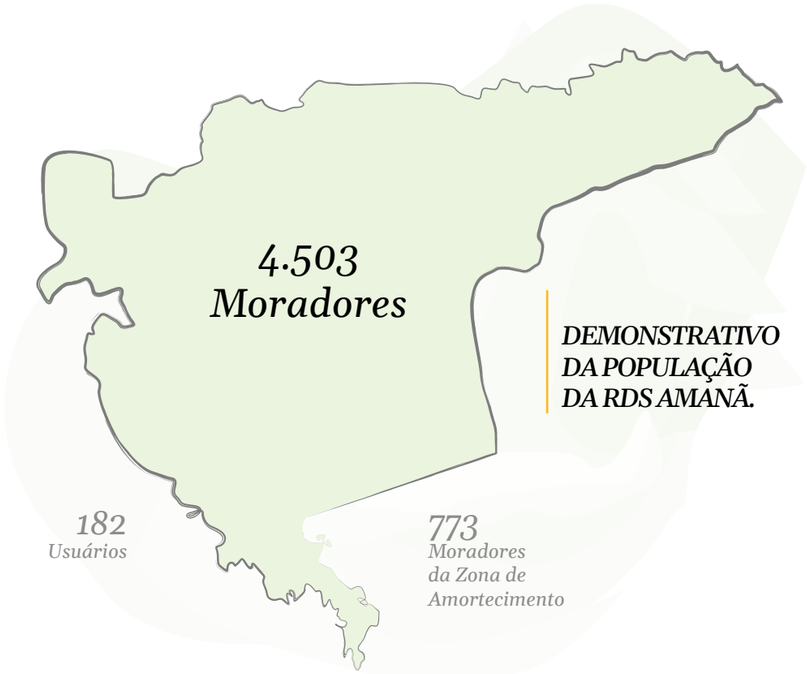
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DA RDS AMANÃ

Páginas 98 a 155.

5.458 população da RDS Amanã

1.068 domicílios

133 localidades



DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO DA RDS AMANÃ.

POPULAÇÃO DE MORADORES E USUÁRIOS DO ENTORNO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ - RDS AMANÃ

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Lago Amanã	1	Comunidade Boa Esperança	Maraã	Moradores	Paleovárzea	71	300
	2	Comunidade Bom Jesus do Baré	Maraã	Moradores	Paleovárzea	13	80
	3	Comunidade Monte Ararate	Maraã	Moradores	Paleovárzea	9	56
	4	Comunidade Nova Esperança do Amanã	Maraã	Moradores	Paleovárzea	4	24
	5	Comunidade Santa Luzia do Baré	Maraã	Moradores	Paleovárzea	9	39
	6	Comunidade Santa Luzia do Juazinho	Maraã	Moradores	Paleovárzea	19	104
	7	Sítio Boa Vista (cabeceira do lago Amanã)	Maraã	Moradores	Várzea	3	9
	8	Sítio Cabeceira do Juazinho	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	8
	9	Sítio El Shadai	Maraã	Moradores	Paleovárzea	2	8
	10	Sítio Igarapé Itaúba	Maraã	Moradores	Paleovárzea	3	16
	11	Sítio Pilão	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	12
	12	Sítio Ponta do Mundico	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	1
	13	Sítio São Francisco - Monte Sinai	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	6
	14	Sítio São Tomé	Maraã	Moradores	Paleovárzea	3	10
	15*	Sítio Sidinei Araujo	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	4
	16*	Sítio Sr. Antonio dos Santos	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	4
	17*	Sítio Sr. Dione Alencar	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	5
	18	Sítio Sr. Samuel Albuquerque	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	3
	19	Sítio Sr. Zaquiel Brasil	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	4
	20	Sítio Sra Raimunda Neri Nonato	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	3
Lago Amanã	21	Sítio Taracuá	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	7
	22	Comunidade do Ubim	Maraã	Moradores	Paleovárzea	7	35
				Total Setor:		**154**	**738**
Paraná do Amanã	23	Comunidade Belo Monte	Maraã	Moradores	Paleovárzea	13	84
	24	Comunidade Boa Vista do Calafate	Maraã	Moradores	Paleovárzea	15	90
	25	Comunidade Bom Socorro	Maraã	Moradores	Paleovárzea	5	26
	26	Comunidade Comapara	Maraã	Moradores	Paleovárzea	7	41
	27	Comunidade Monte Jeresim	Maraã	Moradores	Paleovárzea	3	13
	28	Comunidade Monte Sinai	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	6
	29	Comunidade Nova Jerusalém do Acará	Maraã	Moradores	Paleovárzea	44	266
	30	Comunidade Santo Estevão	Maraã	Moradores	Paleovárzea	6	28
	31	Comunidade São Francisco do Acará	Maraã	Moradores	Várzea	4	32
	32	Comunidade São Francisco do Piranha	Maraã	Moradores	Várzea	3	11
	33	Comunidade São José do Urini	Maraã	Moradores	Paleovárzea	21	105
	34	Sítio Monte Moriá	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	4
	35	Sítio São Miguel (Cacau)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	4
	36	Sítio Acarazinho	Maraã	Moradores	Várzea	2	16
	37	Sítio do Monte Sinai	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	2
	38	Sítio Proteção de Deus	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	6
	39	Sítio Próx N Jerusalém (Mariane)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	2	9

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Paraná do Amanã	40	Sítio São Francisco (Jorge Ferreira)	Maraã	Moradores	Várzea	2	15
	41	Sítio São Raimundo (Raimundo Idelfonso)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	2	8
	42	Comunidade Vila Nova (Amanã)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	10	65
				Total Setor:		**144**	**831**
Castanha	43	Comunidade Betel (Rio Tambaqui)	Maraã	Usuários	Várzea	6	32
	44	Comunidade Bom Jesus do Lago Preto	Coari	Moradores	Paleovárzea	9	54
	45	Comunidade Monte Carmelo	Maraã	Moradores	Paleovárzea	11	65
	46	Comunidade Monte Sião	Maraã	Moradores	Paleovárzea	17	101
	47	Comunidade São Francisco do Paraíso (Tambaqui)	Coari	Moradores	Paleovárzea	8	50
	48	Sítio Prox. Monte Sião (Elismar e Luana)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	5
	49	Sítio Taubarana (Fábio Pereira de Lima)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	2	10
	50	Sítio Vista Alegre/ Sítio Caipira	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	8
	51	Sítio Boa Esperança				Não concordaram em ser entrevistados – 7 casas	
				Total Setor:		**62**	**325**
Coraci	52	Comunidade Ebenezer	Maraã	Moradores	Várzea	11	42
	53	Comunidade Matuzalém	Maraã	Moradores	Paleovárzea	9	42
	54	Comunidade Nova Canaã	Maraã	Moradores	Paleovárzea	14	61
	55	Comunidade Nova Macedônia (Coraci)	Maraã	Moradores	Várzea	5	20

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Coraci	56	Comunidade São João do Ipecaçú	Maraã	Moradores	Paleovárzea	36	160
	57	Comunidade São Paulo do Coraci	Maraã	Moradores	Várzea	9	53
	58	Sítio do Cará (Marisnaldo)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	1	5
	59	Sítio São Benedito do Coracizinho	Maraã	Moradores	Várzea	4	14
	60	Comunidade Vila Nova (Coraci)	Maraã	Moradores	Várzea	4	16
				Total Setor:		**93**	**413**
São José	61	Sítio Boca do Cupuaçu	Maraã	Moradores	Várzea	4	11
	62	Comunidade Nova Olinda	Maraã	Moradores	Várzea	26	159
	63	Comunidade Samaria	Maraã	Moradores	Várzea	8	53
	64 Δ	Comunidade Santa Isabel	Maraã	Usuários	Várzea	3	17
	65 Δ	Comunidade São Francisco do Cubuá	Maraã	Moradores	Várzea	9	57
	66	Comunidade São Francisco do Mapitirini	Maraã	Moradores	Várzea	6	32
	67	Comunidade São José da Messejana	Maraã	Moradores	Várzea	23	97
	68	Comunidade São Sebastião do Repartimento	Maraã	Moradores	Várzea	15	86
	69	Sítio Novo Amparo	Maraã	Usuários	Várzea	3	11
	70	Sítio São Francisco (S. J. da Messejana)	Maraã	Moradores	Várzea	3	15
	71	Sítio Novo Horizonte	Maraã	Moradores	Várzea	2	14
	72	Sítio Vista Alegre do Pirataíma (Roney Araújo)	Maraã	Moradores	Várzea	5	23
	73	Comunidade Várzea Alegre	Maraã	Moradores	Paleovárzea	17	77
				Total Setor:		**124**	**652**

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Jarauá (RDS Amanã)**	74	Comunidade Manacabi	Maraã	Moradores	Várzea	17	81
	75***	Comunidade Novo Pirapucu (estão em processo de mudar para o Setor Tijuaca)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	3	18
				Total Setor:		**20**	**99**
Tijuaca**	76	Comunidade Boa Esperança do Japurá	Maraã	Moradores	Várzea	4	26
	77	Comunidade Nossa Senhora de Fátima do Tijuaca	Coari	Moradores	Várzea	13	72
	78	Comunidade Nova Betânia	Maraã	Moradores	Várzea	18	106
	79	Comunidade Santa Maria do Cururu	Maraã	Moradores	Várzea	10	46
	80	Comunidade Santa Maria do Cururu II	Maraã	Moradores	Várzea	14	79
	81	Comunidade São Francisco do Cururu	Maraã	Moradores	Várzea	14	78
	82	Comunidade Vila Betel	Maraã	Moradores	Várzea	18	87
	83	Comunidade Vila Nova do Putiri	Maraã	Moradores	Várzea	6	24
	84	Comunidade Vista Alegre	Maraã	Moradores	Várzea	10	59
				Total Setor:		**107**	**577**
Boa União**	85	Comunidade Açaituba	Maraã	Moradores	Paleovárzea	5	20
	86	Comunidade Jubará	Maraã	Moradores	Paleovárzea	14	96
				Total Setor:		**19**	**116**

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Joacaca	87	Comunidade Boa Fé do Joacaca	Maraã	Moradores	Paleovárzea	6	29
	88	Comunidade Nova Esperança do Joacaca	Maraã	Moradores	Paleovárzea	5	22
	89	Bom Jesus do Arauacá (Aldeia Arauacá)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	5	20
	90	Comunidade Novo Joacaca	Maraã	Moradores	Paleovárzea	4	17
				Total Setor:		**20**	**88**
Caruara**	91	Comunidade Curupira	Maraã	Moradores	Terra Firme	18	101
	92	Comunidade Nova Jacitara	Maraã	Moradores	Terra Firme	7	43
	93	Comunidade Paraíso (Japurá)	Maraã	Moradores	Paleovárzea	4	17
	94	Comunidade Porto Alves (Japurá)	Maraã	Usuários	Terra Firme	4	20
	95	São Pedro do Jacitara	Maraã	Moradores	Terra Firme	8	48
	96	Sítio Igarapé Grande (José Bruno Frota)	Maraã	Moradores	Terra Firme	3	16
	97	Sítio Jacitara	Maraã	Moradores	Terra Firme	4	11
	98	Sítio Monte Olival	Maraã	Moradores	Terra Firme	3	19
				Total Setor:		**51**	**275**
Unini	99	Comunidade Vila Nunes	Barcelos	Moradores	Várzea	8	27
	100	Comunidade Nova Jacitara	Barcelos	Usuários	Terra Firme	33	115
				Total Setor:		**41**	**142**

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Cubuá (Localizadas no Paraná do Copeá)	101	Comunidade Porto Alegre do Copeá	Maraã	Moradores	Várzea	12	66
	102	Sítio Abacatal	Maraã	Moradores	Várzea	2	13
	103	Sítio Auxiliadora Felipe Pereira	Maraã	Moradores	Várzea	1	6
	104	Sítio Leocádio	Maraã	Moradores	Várzea	1	2
	105	Sítio Namuí	Maraã	Moradores	Várzea	1	8
	106	Sítio Nova Esperança	Maraã	Moradores	Várzea	1	4
	107	Sítio Prainha - Djalma	Maraã	Moradores	Várzea	1	1
	108	Sítio Urucuri	Maraã	Moradores	Várzea	1	7
	109	Comunidade Vila Filadélfia	Maraã	Moradores	Várzea	15	75
				Total Setor:		**35**	**182**
Cubuá (Localizadas no Paraná do Cubuá	110	Comunidade Santa Tereza do Cubuá	Maraã	Moradores	Várzea	32	100
	111	Comunidade São Raimundo do Cubuá	Maraã	Moradores	Várzea	6	31
	112	Sítio da Volta Grande do Marajá I	Maraã	Moradores	Várzea	1	7
	113	Sítio da Volta Grande do Marajá II	Maraã	Moradores	Várzea	1	7
	114	Sítio da Volta Grande do Marajá III	Maraã	Moradores	Várzea	1	2
				Total Setor:		**41**	**247**
				Totais:		**911**	**4.685**

Fonte: SIMDE – Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico, RDS Amanã/IDSM, 2018.

** Localidades que precisam ser agregadas ao setor.*
*** Localidades usuárias da RDS Mamirauá.*
**** Solicitar a confirmação do setor Tijuaca sobre a inclusão dessa comunidade no setor.*
Δ Averiguar a situação dessas comunidades no setor.

MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ - RDS AMANÃ

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO*	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Cubuá (Localizadas no Paraná do Capivara)	115	Comunidade São João do Capivara/Pataxo	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	10	39
	116	Comunidade Bom Jardim do Capivara	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	7	39
	117	Comunidade Santa Rosa do Capivara	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	11	49
	118	Comunidade São Francisco do Capivara	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	28	141
	119	Comunidade São José do Capivara	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	9	47
	120	Sítio Bom Jesus	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	1	3
	121	Sítio do Carlos Palheta	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	1	3
	122	Sítio da Crisangela e Francisco	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	2	15
	123	Sítio Dona Onezima	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	1	1
	124	Sítio Porto dos Milagres	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	2	4
	125	Sítio Santa Lúcia	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	1	6
	126	Sítio Santa Luzia	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	1	3
				Total Setor:		**74**	**350**

SETOR	N.	LOCALIDADE	MUNICÍPIO QUE ATENDE	CONDIÇÃO*	AMBIENTE	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
Mamirauá*	127	Comunidade Boca do Jurupari	Maraã	Zona de Amortecimento	Várzea	16	97
	128	Comunidade Caburini	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	13	66
	129	Comunidade Nova Macedônia	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	27	163
	130	Comunidade Nova Macedônia	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	6	28
	131	Comunidade Novo Tapiira	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	17	60
	132	Sítio Japão	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	2	4
	133	Sítio São Raimundo	Alvarães	Zona de Amortecimento	Várzea	2	5
				Total Setor:		**83**	**423**
				Totais:		**157**	**773**

Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico- IDSM, 2018.

** Localidades usuárias da RDSM.*

© Bernardo Oliveira

No Censo Demográfico da RDS Amanã, realizado em 2018, foram identificados 133 localidades. Não sendo encontradas 13 localidades listadas na página 54.

Caracterização da população

Distribuição por idade e sexo

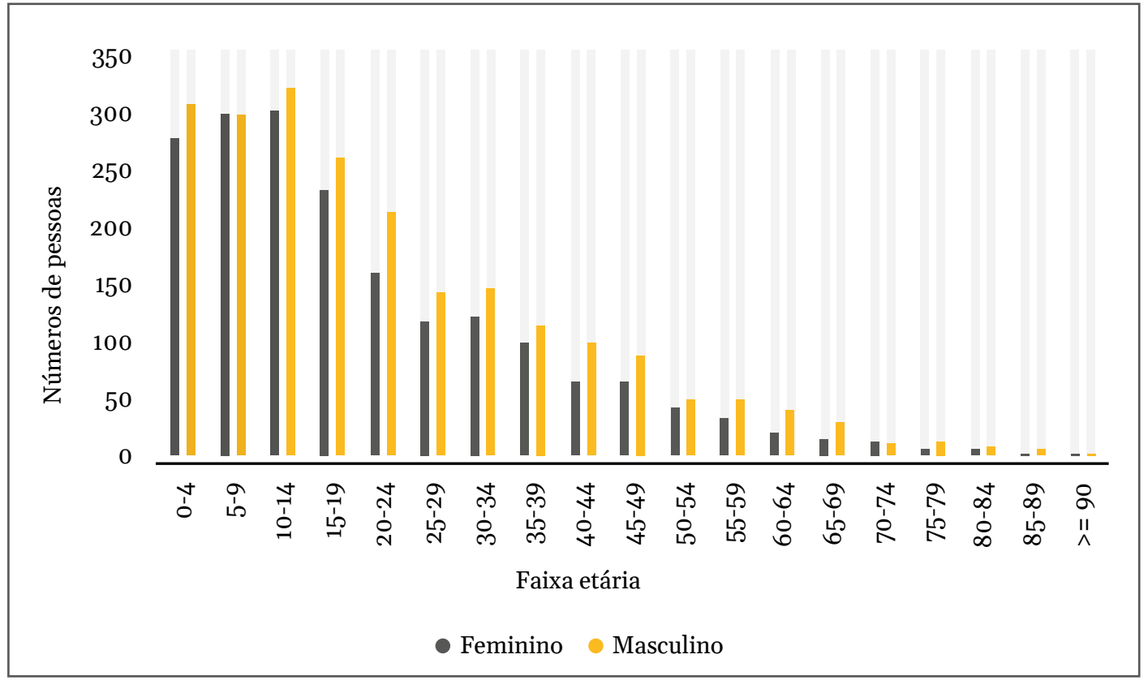
A observação da pirâmide etária da população da RDS Amanã, especialmente a quantidade de pessoas com idades entre 0 e 4 anos, indica elevada taxa de natalidade. Percebe-se também que a estrutura etária é extremamente jovem, com 56% da população entre 0 e 19 anos.

© Alex Socci

ENTRE **0** *E* **4** *ANOS*

Elevada taxa de natalidade.

56% da população é extremamente jovem.



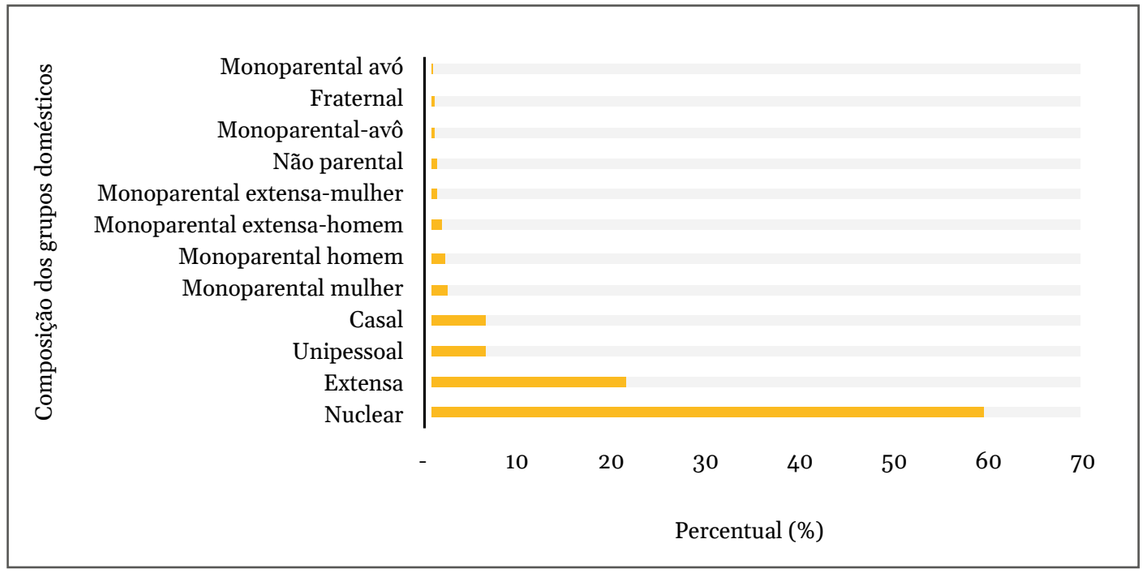
População da RDS Amanã (moradores e usuários) por faixa etária e sexo, 2018 (N=4.084).

Composição dos grupos domésticos

© *Leonardo Lopes*

Na RDS Amanã, há um predomínio (60%) na composição familiar do tipo nuclear (grupos domésticos compostos por um casal com filhos). A segunda composição mais frequente (21%) é a do tipo extensa (agrega aos pais, filhos casados, netos e/ou outros parentes).

A figura a seguir apresenta as diversas formas de composição dos agrupamentos domésticos por área para o ano de 2018.



Distribuição percentual (%) da composição dos grupos domésticos da população da RDS Amanã nos períodos 2018 (N=872).
Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico- IDSM, 2018

© *Rafael Forte*

Organização social

O modelo de organização social comunitário demonstra continuar evoluindo na RDS Amanã. É notável que em um número crescente de comunidades a estrutura venha se formalizando em um sistema de quatro instâncias de organização e tomadas de decisões, que são:

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Das 65 comunidades contadas em 2018, 30 possuíam associações formalizadas juridicamente, com registro em cartório e inscrição na Receita Federal. As Associações Comunitárias têm sido criadas, em geral, com objetivos como os de acessar recursos externos, organizar produtores e viabilizar a comercialização da produção, sobretudo a resultante do manejo participativo de recursos naturais.

INSTÂNCIA ASSEMBLEIA GERAL

As Assembleias Gerais são eventos anuais que reúnem a representantes de instâncias locais, como setores e comunidades, outros representantes de instituições governamentais e não governamentais. Essas reuniões são fóruns para a discussão de assuntos de interesse geral, como normas de uso dos recursos e acesso a direitos sociais.

INSTÂNCIA REUNIÕES SETORIAIS

A RDS Amanã está dividida em 13 setores (regiões que agrupam diferentes números de comunidades) formados a partir de critérios como proximidade e desenvolvimento de atividades produtivas similares. Nas reuniões setoriais, que acontecem geralmente a cada dois meses, os representantes comunitários tratam de assuntos originados em Reuniões Comunitárias ou nos próprios encontros de setores.

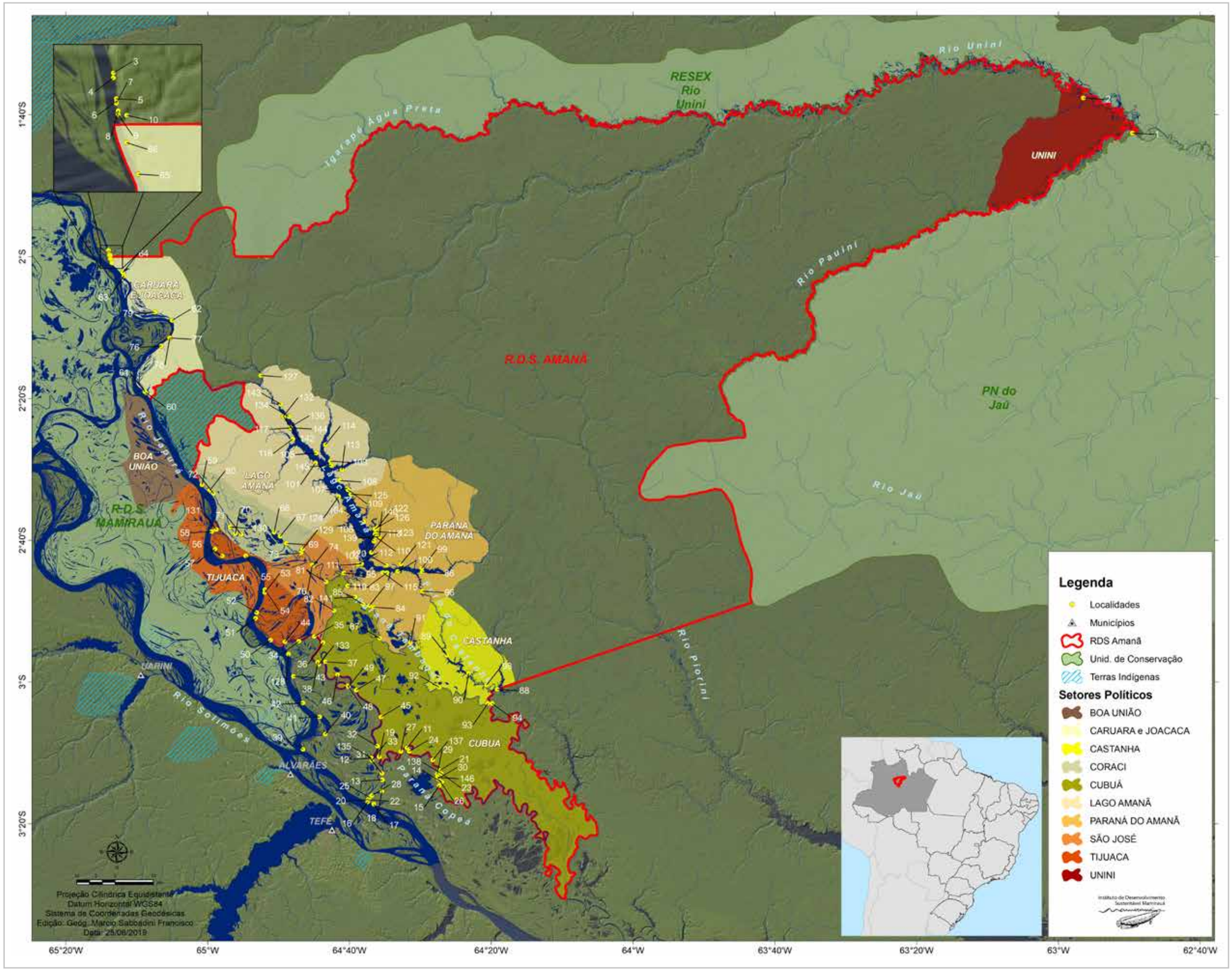
REUNIÕES COMUNITÁRIAS

As comunidades são uma unidade política básica. Nelas os indivíduos comunitários se reúnem internamente sob a coordenação de seus representantes para discutir assuntos locais. Na organização comunitária é comum que as localidades façam reuniões, mesmo não possuindo associação formalizada, para discutirem e deliberarem sobre questões sociais, econômicas e políticas que envolvem a vida coletiva.

© *Leonardo Lopes*

Exemplo de comunidade, uma unidade política básica na RDS Amanã.

Setores políticos da RDS Amanã



Localidades numeradas no mapa:

1. Vista Alegre - Unini
2. Vila Nunes
3. Filha do Seu Sebastião
4. Sítio do Seu Sebastião
5. Sítio Raimundo Nonato da Silva Rodrigues
6. Francisco Chagas da Silva Rodrigues
7. Giovane da Silva Rodrigues
8. Orlando Bruno Rodrigues
9. Sítio Raimundo Nonato Frota Rodrigues
10. Sítio Igarapé Grande (José Bruno Frota)
11. Aldeia Santa Marta do Atapí
12. Bom Jesus do Acarazinho
13. Bom Jardim do Capivara
14. Vila Filadélfia
15. Porto Alegre do Copeá
16. São Francisco do Capivara
17. São João do Capivara/ Pataxo
18. São José do Capivara
19. Aldeia São João do Cubuá
20. Sítio do Carlos Palheta
21. Sítio Auxiliadora Felipe Pereira
22. Sítio Dona Onezima
23. Sítio Leocádio
24. Sítio Namuí
25. Sítio Porto dos Milagres
26. Sítio Nova Esperança
27. Sítio do Sr. Miguel
28. Sítio Santa Luzia
29. Sítio Abacatal
30. Sítio Cacau
31. Santa Rosa do Capivara
32. Santa Tereza do Cubuá
33. Sítio do Sr. Chico
34. Sítio Novo Amparo
35. Santa Isabel
36. Sítio Vista Alegre do Pirataíma (Roney Araújo)
37. São Sebastião do Cupuaçu
38. Sítio Novo Horizonte
39. Caburini
40. Nova Macedônia
41. Boca do Jurupari
42. Novo Tapiira
43. Novo São Raimundo
44. São Francisco do Cubuá
45. São Raimundo do Cubuá
46. Sítio do Sr. Beethoven
47. Sítio da Volta Grande do Marajá III
48. Sítio da Volta Grande do Marajá I
49. Sítio da Volta Grande do Marajá II
50. Novo Pirapucu
51. Manacabi
52. Vila Betel
53. Nossa Senhora de Fátima do Tijuaca
54. Vila Nova do Putiri
55. Nova Betânia
56. São Francisco do Cururu
57. Vista Alegre
58. Santa Maria do Cururu
59. Boa Esperança do Japurá
60. Açaituba
61. Jubará
62. Paraíso (Japurá)
63. Porto Alves (Japurá)
64. Curupira
65. Nova Jacitara
66. São Pedro do Jacitara
67. Matuzalém
68. Nova Canaã
69. São João do Ipecaçú
70. Vila Nova do Coraci
71. São Paulo do Coraci
72. Ebenezer
73. Samaria
74. São José da Messejana
75. Sítio São Francisco
76. Novo Joacaca
77. Boa Fé do Joacaca
78. Nova Esperança do Joacaca
79. Bom Jesus do Arauacá (Aldeia Arauacá)
80. Sítio São Benedito do Coracizinho
81. São Sebastião do Repartimento
82. Nova Olinda
83. Bom Socorro
84. Nova Jerusalém do Acará
85. Sítio Juriti
86. São José do Urini
87. São Francisco do Acará
88. Bom Jesus do Lago Preto
89. Monte Carmelo
90. Monte Sião
91. São Francisco do Piranha
92. Sítio do Boto
93. Betel (Rio Tambaqui)
94. São Francisco do Paraíso (Tambaqui)
95. Várzea Alegre
96. Sitio do Castanho
97. Sítio Próx N Jerusalém(Mariane)
98. Sítio Vista Alegre/Sítio Caipira
99. Monte Jeresim
100. Belo Monte
101. Boa Esperança
102. Boa Vista do Calafate
103. Bom Jesus do Baré
104. Sítio Igarapé do Samauma
105. Sítio Boa Esperança
106. Sítio do Monte Sinai
107. Sítio El Shadai
108. Nova Esperança do Amanã
109. Monte Ararate
110. Monte Sinai
111. Santo Estevão
112. Vila Nova do Amanã
113. Ubim
114. Santa Luzia do Baré
115. Comapara
116. Santa Luzia do Juazinho
117. Sítio São Tomé
118. Sítio Boca do Taiassu
119. Sítio Ponta do Mundico
120. Sítio Monte Moriá
121. Sítio Igarapé Açú
122. Sítio São Miguel
123. Sítio São Miguel (Cacau)
124. Sítio Bacaba
125. Sítio Sidinei Araújo
126. Sítio Bela Vista
127. Sítio São José (cabeceira do Lago Amanã)
128. Sítio Japão
129. Sítio Capadócia
130. Nova Macedônia (Coraci)
131. Santa Maria do Cururu II
132. Sítio Sr. Zaquiel Brasil
133. São Francisco do Mapitirini
134. Sítio Boa Vista (Cabeceira do Lago Amanã)
135. Sítio Bom Jesus do Capivara
136. Sítio Cabeceira do Juazinho
137. Sítio Crisangela e Francisco
138. Sítio Prainha - Djalma
139. Sítio Proteção de Deus
140. Sítio São Francisco - Monte Sinai
141. Sítio São Francisco (Jorge Ferreira)
142. Sítio Sr. Antonio dos Santos
143. Sítio Sr. Dione Alencar
144. Sítio Sr. Samuel Albuquerque
145. Sítio Sra Raimunda Neri Nonato
146. Sítio Urucuri

* Esta lista corresponde a todas as localidades da RDS Amanã. Entretanto, no Censo Demográfico de 2018 foram identificadas somente 133 localidades apresentadas nas paginas 40 a 48. Não sendo encontradas 13 localidades deste total.

Aspectos culturais

Manifestações culturais

Entre as localidades da RDS Amanã a realização de festas religiosas de organização comunitária é uma manifestação cultural bastante marcante. De um modo geral, nas localidades de maioria católica essas festas ocorrem no dia do santo considerado padroeiro do lugar. Já naquelas com maior presença evangélica, essas comemorações ocorrem em função do aniversário de inauguração da igreja na localidade.

© Marco Lopes

Festejo São João do Ipecaçu.

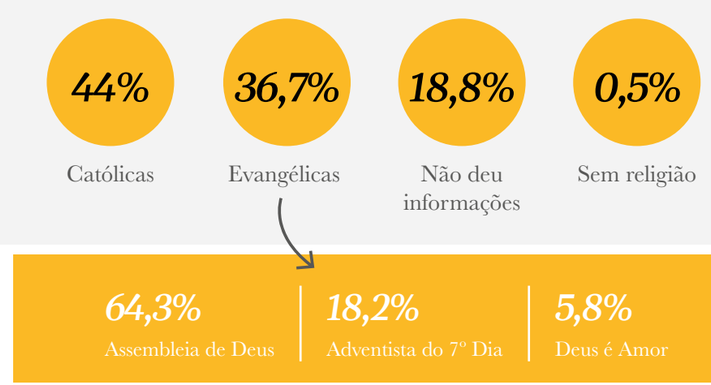
41 festejos de santos católicos

24 comemorações de aniversário de igrejas evangélicas

Religiosidade

A população da RDS Amanã é composta por 44% (n=2.053) de pessoas autodeclaradas católicas, e 36,7% (n=1.718) autodeclaradas evangélicas. 18,8% (n= 881) da população preferiu não dar informações sobre a religião que seguia, e 0,5% se declarou sem religião (n=23).

Entre os evangélicos destacam-se os seguidores da Assembleia de Deus, representando 64,3% da população evangélica, que também se distribui entre as igrejas Adventista do 7º Dia (18,2%), e Deus é Amor (5,8%).



Serviços públicos

Educação

Segundo dados de 2018 sobre as atividades de ensino dentro da RDS Amanã, em 55% das localidades (62 de 113) houve aulas para crianças, jovens e adultos em 2017. Na maioria delas, (85%, n=53) o ensino foi multisseriado.

Do total de 113 localidades, 55 (49%) tinham escolas com prédios próprios. Nas localidades onde não havia um prédio da escola (51%) as aulas aconteciam em casas de moradores, igrejas ou centros comunitários.

© *Amanda Lelis*

Professora Jucineia, comunidade do Ubim.

113 *localidades*

Em ***55%*** houve aulas para crianças, jovens e adultos

Em ***85%*** o ensino foi multisseriado

49% tinham escolas com prédios próprios

Nas localidades onde houveram aulas (62), 26 escolas (42%) não funcionaram com frequência em 2017. Os principais motivos indicados para o não funcionamento foram:

no período diurno, a
AUSÊNCIA DE PROFESSORES NA ESCOLA DURANTE OS DIAS LETIVOS,
citado em 56% dos casos; e

no período noturno, a
FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ESCOLA,
citada em 53% dos casos.

© *Bruno Kelly*

Alunas da escola da comunidade Bom Jesus do Baré, RDS Amanã.

Foram identificados 188 professores em atividade dentro da RDS Amanã, sendo comum encontrar mais de um professor ministrando aula na maioria das escolas. Além disso, 73% dos professores lecionando na reserva, naquele ano, era proveniente da zona rural.

Saúde

A principal forma de atendimento e acompanhamento de saúde na RDS Amanã são os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que são responsáveis, por exemplo, pelo acompanhamento e encaminhamento de doentes, e distribuição de hipoclorito para o tratamento da água.

Foram identificados 40 ACS responsáveis pela cobertura de 62% (n=70) das 113 localidades existentes na RDS Amanã. Na tabela abaixo, pode-se observar a distribuição dos serviços e infraestrutura de saúde disponível nos setores da reserva.

© *Amanda Lelis*

Agente Comunitário de Saúde avaliando uma amostra de sangue na RDS Amanã.

40 ACS responsáveis pela cobertura de **62%** das **113** localidades.

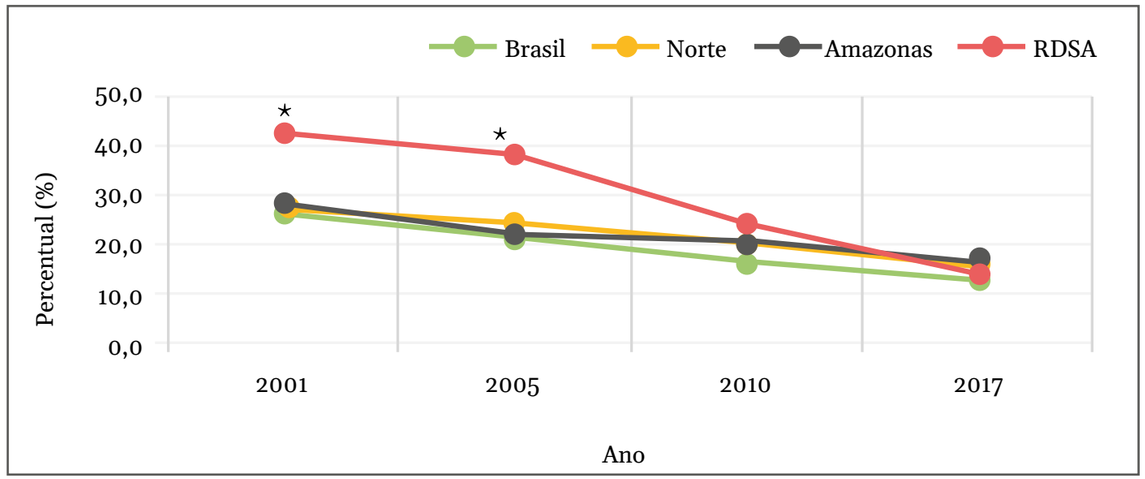
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE SAÚDE DISPONÍVEIS NOS SETORES DA RDS AMANÃ, 2018.

SETOR	*AGENTE DE SAÚDE*	*PARTEIRA*	*AMBULANCHA*	*POSTO DE SAÚDE*
Boa União	1	1	1	1
Caruara	1		1	
Castanho	4	3	4	
Coraci	5	3	3	1
Cubuá (Paraná do Copeá)	1	1		
Cubuá (Paraná do Cubuá)	1	1		
Jarauá (RDS Amanã)	1	1		
Joacaca	2	2		
Lago Amanã	6	3	2	1
Paraná do Amanã	7	3	2	
São José	3	3	2	
Tijuaca	6	5	1	1
Unini	2	2	1	2
Total Geral	***40***	***28***	***17***	***6***

Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico - IDSM, 2018.

Os dados indicam que a RDS Amanã segue uma tendência de declínio da taxa de mortalidade infantil que também pode ser observada nos níveis nacional e regional. Isso ressalta a importância de ações continuadas para a obtenção de resultados favoráveis na redução das causas sociais deste problema, cuja ocorrência, mesmo em declínio, ainda se apresenta mais alta do que a nacional.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL BRASIL, NORTE, AMAZONAS E RDS AMANÃ



*Fontes: DATASUS, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/c01b.htm> Acesso em: julho de 2018. IDSM - Levantamento Sociodemográfico da RDS Amanã. * Informações coletadas na área parcial da reserva*

Como pode ser observado na tabela abaixo, entre as doenças infecto parasitárias mais frequentes na RDS Amanã destacam-se a malária, responsável por 39,8% dos casos, e a dengue com 17,2% dos casos de doenças identificados. No grupo de doenças crônicas não transmissíveis, o destaque vai para a diabetes que representa 23,4% dos casos.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIA DE DOENÇAS/PROBLEMAS DE SAÚDE EM ADULTOS E CRIANÇAS. N=102 LOCALIDADES.

TIPOS DE DOENÇAS	ADULTOS (%)	CRIANÇAS (%)	TOTAL DE CASOS
Acidente incapacitante	72,7	27,3	**11**
Acidente ofídico	100,0	-	**9**
Dengue	77,3	22,7	**22**
Diabete	100,0	-	**30**
Filariose	100,0	-	**3**
Leishmaniose	100,0	-	**1**
Malária	72,5	27,5	**51**
Tuberculose	100,0	-	**1**

Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico-IDSM, 2018.
Nota: referente a 658 domicílios entrevistados, e n=128 casos de doenças.

© Amanda Lelis

Abastecimento de água e saneamento básico

O levantamento realizado em 2018 indicou que em 84 localidades (74%) não havia nenhum tipo de captação de água.

Sistema de distribuição de água de um domicílio da comunidade Boa Esperança, RDS Amanã.

Também foi identificado, que independente de as localidades possuírem algum sistema de captação de água, 514 casas (58%) possuíam sistema próprio de coleta de água de chuva. É importante pontuar que o modelo de coleta de água de chuva mais comum era um improviso com calhas feitas de alumínio ou tubos PVC que direcionavam a água que escorre dos telhados para reservatórios.

O armazenamento da água para consumo geralmente era feito em potes de barro com ou sem torneira, em baldes com ou sem tampa ou em garrafas plásticas. Os principais tipos de tratamento dispensados à água, tanto para deixa-la mais transparente quanto para sua desinfecção, eram

o uso de hipoclorito (67,9% dos domicílios),

a coagem (54,6% dos domicílios), e

a decantação (18,2% dos domicílios).

Sobre o aspecto sanitário, verifica-se que a destinação e o tratamento de dejetos humanos ainda são precários na RDS Amanã.

43% 378 (43%) casas não possuem sanitário.

37% 328 (37%) casas possuem sanitário, sendo os principais destinos dos dejetos as fossas e os rios.

Energia elétrica

O levantamento de 2018 mostrou que 45 localidades (40%) da RDS Amanã tinham energia elétrica, e em todas elas o fornecimento se dava por meio de mini usinas termoelétricas (geradores) abastecidas à diesel.

© Fotos: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico- IDSM, 2018.

Modelo de casa do gerador de energia encontrado nas localidades.

O fornecimento da energia elétrica nessas comunidades atendia principalmente à iluminação domiciliar; poucos aparelhos eletrodomésticos (como o freezer, televisão e aparelho de som); além do funcionamento da escola no turno noturno.

De 2001 a 2019, 30 comunidades da RDS Amanã receberam, especialmente por meio de projetos do IDSM, da FAS, da Telemar e da Fiocruz, sistemas de energia solar fotovoltaico para as seguintes finalidades:

- acesso a água domiciliar;
- conservação de alimentos;
- iluminação para ambientes externos e domiciliares;
- funcionamento de escolas e postos de saúde;
- comunicação via radiofonia e telefone público;
- apoio para realização de exames que diagnosticam malária
- e suporte à produção e geração de renda (artesanato, polpas de frutas, evisceração de pescado e criação sustentável de gado).

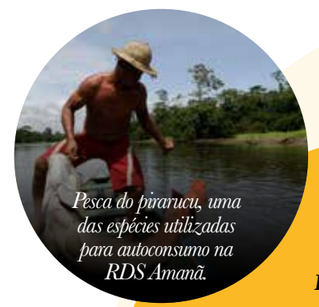
É importante dar destaque para o fato de que independente das localidades terem geradores para o uso coletivo, o levantamento identificou que 194 casas (22%) possuíam geradores próprios.

Economia familiar

Produção para autoconsumo

A composição da produção para autoconsumo das famílias depende principalmente do acesso ao território e aos recursos naturais nele disponíveis. Os produtos para autoconsumo com maior destaque, dentre os domicílios entrevistados (n= 287), foram:

PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DESTINADOS PARA O AUTOCONSUMO DAS FAMÍLIAS (N=316 DOMICÍLIOS)



© Ricardo Oliveira

Pesca do pirarucu, uma das espécies utilizadas para autoconsumo na RDS Amanã.

PRINCIPAIS PRODUTOS PARA AUTOCONSUMO	%
Pesca - peixe miúdo	11
Açaí	10
Hortaliças	10
Criação - aves	9
Extração madeireira	7
Roça de mandioca para fabricação de farinha	7
Caça	6
Pesca - pirarucu	6
Pesca - tambaqui	6
Banana	5
Pesca - peixe liso	5

© Bernardo Oliveira

Peixes miúdos destinados ao autoconsumo na RDS Amanã.

© Bernardo Oliveira

Mandioca colhida para fabricação de farinha, um dos itens utilizados para autoconsumo na RDS Amanã.

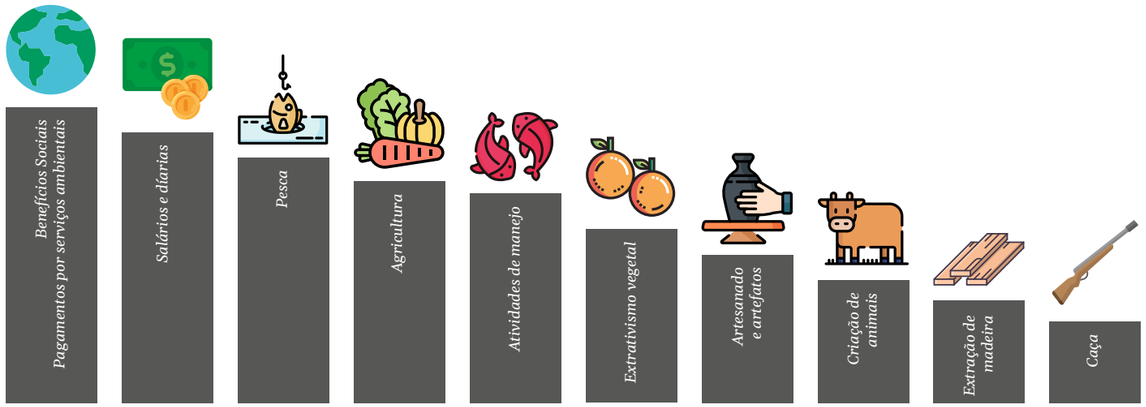
© Emiliano Esterci Ramalho

Frutos de açaí destinados ao autoconsumo na RDS Amanã.

Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico- IDSM, 2018.

Composição da Renda dos Domicílios

A renda doméstica das famílias da RDS Amanã é composta de dez fontes principais:



Em 2018, a renda média mensal dos domicílios da RDS Amanã foi de R$ 1.449,89, e a renda média anual foi de R$ 17.398,69, sendo

45% deste valor oriundo dos benefícios sociais,

37% deste valor oriundo da produção familiar, e

17% deste valor oriundo do pagamento de salários e serviços prestados.

Os principais benefícios sociais recebidos pelas famílias da RDS Amanã em 2018, num total de 278 benefícios concedidos, foram

o Bolsa Família **44%**

a Aposentadoria Rural **31%**

o Seguro-defeso **11%**

6% o Auxílio Doença

4% o Bolsa Floresta

2% o Salário Maternidade

Participação em projetos de manejo

Do total de 316 domicílios estudados no levantamento realizado em 2018, apenas 25% declararam participar de atividades de manejo de recursos naturais. E os principais projetos de manejo citados foram os das pescas do pirarucu e do tambaqui.

© Amanda Lelis

Pesca manejada do pirarucu, um dos principais projetos sustentáveis da RDS Amanã.

RENDIMENTO MÉDIO DOMICILIAR CONFORME PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL (R$)

PRINCIPAIS PRODUTOS PARA AUTOCONSUMO	*SEM PARTICIPAÇÃO (N=237)*	*COM PARTICIPAÇÃO (N=79)*
Renda média anual domiciliar	16.658,78	19.618,43
Renda média mensal domiciliar	1.388,23	1.634,87
Incremento na renda a partir do manejo (%)	15%	

Fonte: SIMDE - Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico- IDSM, 2018.

Houve um incremento de 15% na renda média das famílias que manejaram pirarucu e tambaqui em 2017.

© Bernardo Oliveira

PADRÃO DE USO DOS RECURSOS NATURAIS

Uso do Solo

Páginas 156 a 191.

Agricultura

Grande parte dos moradores da RDS Amanã pratica a agricultura, e 35% declararam essa atividade como sua principal fonte de renda. O sistema de cultivo tradicional é a agricultura migratória, também conhecida como agricultura de coivara ou itinerante. E a atividade costuma ser realizada por membros de uma mesma família ou através do ajuri, que é a organização de grupos de ajuda mútua, o que facilita o manejo das áreas.

O cultivo da mandioca, para a produção da farinha e outros derivados, e a produção de diversas frutas representam as principais atividades agrícolas da região, e os agricultores produzem tanto para o consumo próprio como para a comercialização, sendo o município de Tefé o centro principal de venda.

© Bernardo de Oliveira

Abertura de covas para o plantio da mandioca em uma comunidade do setor Coraci, RDS Amanã.

CALENDÁRIO DE PRODUÇÃO MOSTRANDO ATIVIDADES DE MANEJO RELACIONADAS A AGRICULTURA MIGRATÓRIA NA RDS AMANÃ, AMAZONAS, BRASIL.

ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Roçagem					●	●	●					
Derruba					●	●	●	●				
Secagem						●	●	●	●			
Queima							●	●	●	●		
Plantio									●	●	●	
Capina		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Colheita		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Replanta		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

A paisagem agrícola da RDS Amanã é marcada por três tipos de áreas cultivadas:

As ***ROÇAS*** são áreas mantidas de um a três anos sendo plantadas com cultivos de ciclo curto. A mandioca é geralmente o cultivo principal, mas também são plantadas espécies como o cará, a abóbora, a banana e o mamão.

© Bernardo Oliveira

Roçado novo na RDS Amanã.

Os ***SÍTIOS*** são uma forma mais permanente de uso do solo. Depois do desmanche da roça, a banana e o abacaxi são as primeiras espécies a produzir frutos durante o crescimento de espécies como o açaí, a pupunha, o cupuaçu e o abacate.

© Bruno Kelly

Primeira produção de um sítio da RDS Amanã

As ***CAPOEIRAS*** são áreas manejadas no passado que concentram espécies que requem pouco manejo, como a pupunha e o açaí. Muitas capoeiras antigas também são valorizadas por conter fruteiras silvestres como o uixi, a castanheira, o piquiá e o bacuri.

© Everson Tavares

Manejo de açaí em área de capoeira na RDS Amanã.

Dentro de um padrão de agricultura caracterizado pela utilização descontínua das terras e um manejo constante da vegetação, as capoeiras e os sítios - por serem formas perenes de uso do solo - também servem como marcadores da "posse" dos agricultores sobre partes da paisagem.

Criação de animais

A criação de gado na RDS Amanã se caracteriza pela pequena escala de produção, uso de mão de obra familiar e baixo investimento em infraestrutura. Os animais representam uma importante forma de segurança financeira familiar.

No ano de 2014 foram identificados 32 criadores de gado bovino e/ou bubalino na área RDS Amanã que compreende os setores Lago Amanã, Paraná do Amanã, Coraci e São José.

© Aline Fidelix

Animais criados na RDS Amanã.

© Marcelo Santana

Bubalino criado no setor Paraná do Amanã, na RDS Amanã.

Os pequenos criadores (de 0 a 6 cabeças) com 50% do total, e os médios criadores (de 7 a 30 cabeças) com 43,75%, representavam os perfis de criadores mais comuns na RDS Amanã.

Estes 32 criadores utilizavam 43 áreas de pastejo (áreas de pastagens abertas, áreas de sítios e de comunidades utilizadas para criação) totalizando 236,12 hectares. Estas áreas concentravam-se, em sua maioria, na região do lago Amanã, um ambiente de terra firme, melhor do que as várzeas para o desenvolvimento da atividade pecuária.

Entre os anos de 2005 e 2014 houve uma significativa diminuição do gado na RDS Amanã, indo de 761 animais (366 bovinos e 395 bubalinos) para 571 animais (244 bovinos e 347 bubalinos).

Atividades extrativistas

Recursos florestais não-madeireiros

Além da caça e da pesca (extrativismo animal), diversos produtos vegetais são extraídos na RDS Amanã. Historicamente, por exemplo, os moradores da região parentes das atuais populações ribeirinhas da região da RDS exploravam o látex em suas diferentes formas - seringa, sorva e maçaranduba.

Com a diminuição do comércio da borracha, produtos como a castanha, a andiroba (*Carapa guianenses*) e derivados da agricultura passaram a ter maior importância.

Talas de cauaçú (*Calathea lutea*), fibras e talas de arumã (*Ischnosiphon* spp), cipó ambé (*Philodendron* spp), cipó titica (*Heteropsis* spp), madeira de itaúba, barro e uma diversidade de corantes são utilizados atualmente para produção de artefatos, utensílios e artesanato.

© Amanda Lelis

Artesã e artefato em barro na RDS Amanã.

© Eduardo Coelho

Produtos do artesanato em cauaçu produzidos no setor Coraci, na RDS Amanã.

Você sabia?

A renda com a venda de produtos de cauaçú chegou a ser de mais de R$1.000 por artesãs do Teçume da Amazônia - Grupo de Mulheres do Setor Coraci, em 2007.

Recursos pesqueiros

Os recursos pesqueiros de maior valor comercial e mais visados na RDS Amanã são: pirarucu, tambaqui, pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) surubim (*Pseudoplathystoma fasciatum*), tucunaré, jaraqui, pacu, acará-açu (*Astronotus* spp), aracu (*Leporinus fridericie*) e curimatá. A exploração de recursos pesqueiros ocorre de forma mais intensa nas áreas de várzea da RDS Amanã.

O manejo sustentável do pirarucu é uma importante fonte de renda para os associados aos Acordos de Pesca vigentes na RDS Amanã. São mais de 50mil hectares destinados à exploração sustentável deste peixe na área da RDS Amanã, que, no ano de 2018 geraram R$480.580 em faturamento bruto com a atividade.

© Bruno Kelly

Manejo sustentável de pirarucu na RDS Amanã.

© Marcelo Santana

Área Potencial de Coleta (APC) para o manejo de peixe ornamental no Igarapé do Ubim, RDS Amanã.

O manejo de peixes ornamentais é permitido na RDS Amanã através do Plano de Manejo das Áreas de Coleta de Peixes Ornamentais da Reserva Amanã (PORA) e do Grupo de Manejadores de Peixes Ornamentais do Rio Unini. Atualmente os sistemas de manejo de peixes ornamentais da RDS Amanã estão centrados na exploração do acará-disco, espécie de alto valor econômico e bastante apreciada pelo mercado internacional.

Manejo de abelhas nativas sem ferrão

O mel e o pólen das abelhas sem ferrão são produtos da sociobiodiversidade da RDS Amanã. Colmeias nativas, geralmente retiradas das áreas que estão sendo utilizadas ou preparadas para a agricultura (corte e queima), são manejadas em caixas-colmeia em sítios e capoeiras de famílias da reserva. Pelo menos 21 famílias, distribuídas em 11 comunidades e que manejam 103 caixas-colmeias, produzem, anualmente, 50 litros de mel para os mercados locais e regionais, além de promoverem cursos de multiplicadores de meliponicultores.

© Leonardo Lopes

Caixa-colmeia utilizada para meliponicultura no Sítio São Miguel do Cacau, na RDS Amanã.

© Leonardo Lopes

Extração do mel de jandaíra no Sítio São Miguel do Cacau, na RDS Amanã.

© Leonardo Lopes

Extração do pólen de Jandaíra por moradores da RDS Amanã.

Potencial turístico

A RDS Amanã apresenta uma oferta turística de grande potencial, com capacidade de comportar um produto ecoturístico diversificado em termos de atrativos e atividades. Destacam-se a pesca esportiva (especialmente na bacia do Rio Unini); o turismo vivencial nas comunidades e sítios da RDS Amanã; a observação da fauna silvestre, especialmente de aves (*birdwatching*), através de trilhas nas matas, caminhadas em praias, e passeios de canoa por igapós e igarapés; o ecoturismo fluvial; o turismo científico e de atividades de manejo sustentável; e o turismo voltado à observação do patrimônio arqueológico.

© Marcelo Santana

Morador da RDS Amanã durante passeio turístico em igarapé.

© Everson Tavares

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO DA RDS AMANÃ

Página 221.

Missão da RDS Amanã

Promover a conservação socioambiental e a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da RDS Amanã, por meio do uso sustentável dos recursos naturais baseados em conhecimentos tradicionais e pesquisas científicas, com a realização de monitoramentos participativos de forma coletiva.

Visão de futuro da RDS Amanã

Ser um território tradicional que garanta a qualidade de vida dos seus moradores e usuários, a conservação dos recursos naturais, a manutenção e a criação de programas de manejo baseados em práticas sustentáveis, assegurando a participação e inclusão de todos e todas.

© Leonardo Lopes

© Maria Isabel Martins

ZONEAMENTO PARTICIPATIVO DA RDS AMANÃ

Páginas 222 a 239.

Você sabia?

O zoneamento é uma forma de organizar o território e ordenar os usos de uma Unidade de Conservação, sendo destinadas zonas (áreas) da UC para determinadas funções. As finalidades de uso de cada zona da RDS Amanã foram definidas de acordo com a legislação estadual, respeitando os usos tradicionais praticados na RDS de acordo com a capacidade de cada área, contando com a ajuda dos moradores, usuários, grupos de manejo e com os estudos já realizados na reserva.

Etapas de elaboração do zoneamento

Etapa 1

Levantamento de dados e pesquisas sobre os locais usados para moradia (sítios e comunidades), pesca, caça, agricultura, criação de animais, e de manejos praticados pelos moradores e usuários da RDS Amanã, além daqueles locais especiais para proteção, como cabeceiras de igarapés.

Etapa 2

Elaboração de um zoneamento baseado nos locais levantados na etapa 1.

Etapa 3

Levantamento dos locais tradicionalmente utilizados e revisão participativa do zoneamento com os moradores e usuários da RDS Amanhã.

Etapa 4

Consolidação e aprovação do zoneamento da RDS Amanã.

Fotos, de cima para baixo: Bernardo Oliveira, Jefferson Ferreira-Ferreira, Maria Isabel Martins e Lisley Lemos.

Com base nos dados e informações ambientais e biológicas coletadas, pôde-se verificar que de modo geral a RDS Amanã não sofre pressões antrópicas significativas. Por isso, definiu-se um método de elaboração das zonas que se baseia, na manutenção dos atuais padrões de uso do território e na previsão de uma expansão considerada sustentável das atividades.

O que são as pressões antrópicas?

São as modificações no ambiente, na natureza, causadas por essa ação do homem.

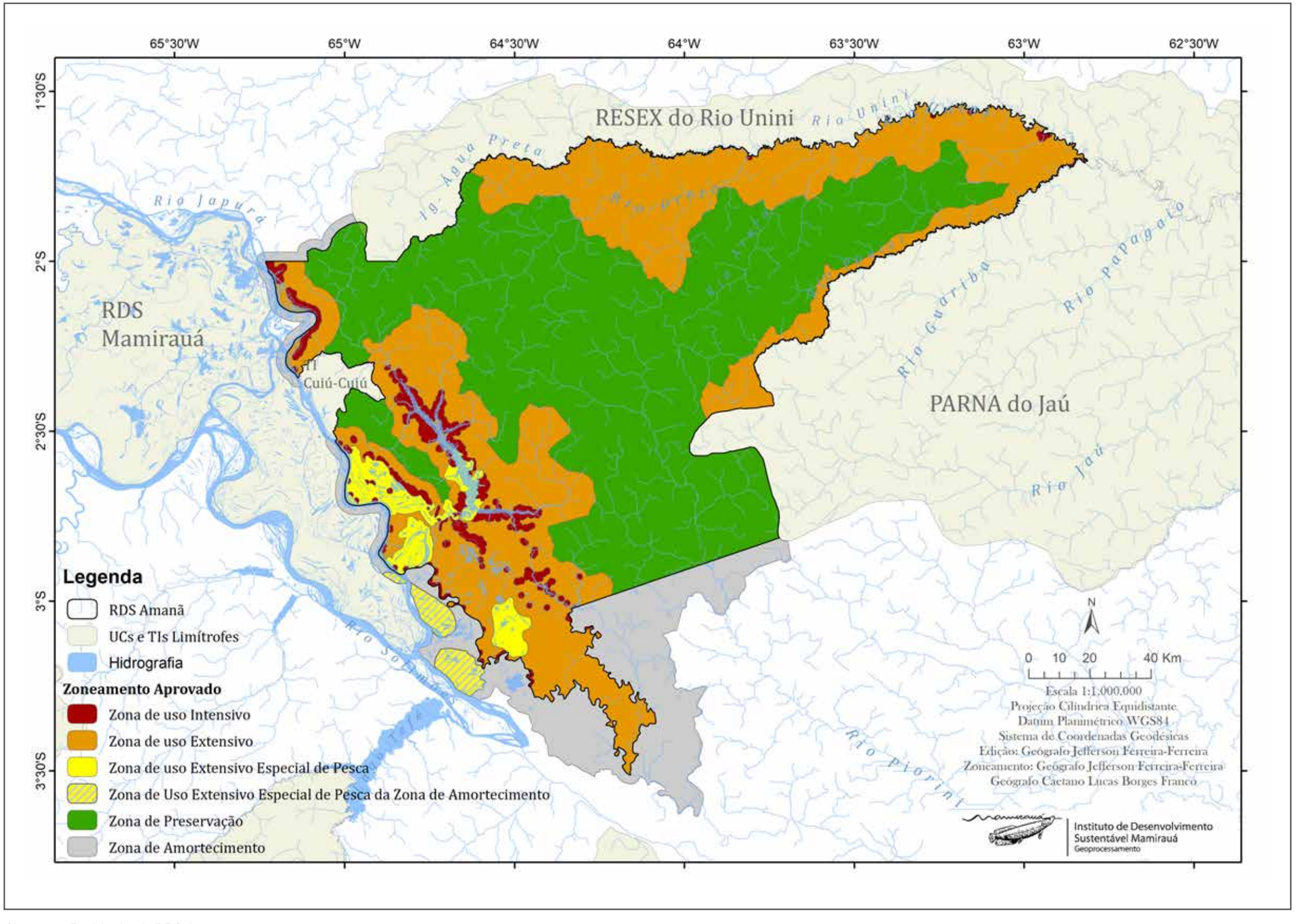
As zonas definidas pelo Zoneamento Participativo da RDS Amanã

ZONAS	TAMANHO EM KM² (% DA ÁREA TOTAL DA RDS AMANÃ)	FINALIDADE	O QUE PODE FAZER NESTA ZONA?
Zona de Preservação	12.578,90 (53,55%)	Proteger as áreas fonte de biodiversidade e serviços ambientais, proporcionando a reprodução das espécies nativas e manutenção dos estoques naturais. É a área que deve ser guardada pelos moradores, usuários, gestores e diferentes atores da RDS Amanã.	• Pesquisa • Monitoramento
Zona de Uso Extensivo	9.215,22 (39,23%)	Permitir o uso direto dos recursos naturais pelas populações residentes e usuárias da RDS Amanã para consumo e geração de renda. No entanto, o grau de intervenção deve ser moderado. Recursos florestais podem ser utilizados com impacto reduzido, não sendo permitida a abertura de clareiras. Esta zona deve manter os processos ecológicos e a riqueza da biodiversidade e dos recursos naturais.	• Retirada de madeira e extrativismo de produtos não-madereiros • Pesca • Caça • Turismo (incluindo infraestrutura para esta atividade, como trilhas e áreas para acampamento) • Pesquisa • Monitoramento
Zona de Uso Extensivo Especial de Pesca	827,64 (3,52%)	Realizar manejo comercial dos recursos pesqueiros, de escala empresarial ou comunitária. O grau de intervenção é moderado a alto, dependendo da escala e da área atingida, e as regras de uso dos recursos são definidas em acordos específicos, aprovados coletivamente e pelo órgão gestor (ver Anexo 11).	• Pesca manejada aprovada pelo órgão licenciador e pelo órgão gestor • Pesquisa • Monitoramento
Zona de Uso Intensivo	867,87 (3,69%)	Desenvolvimento de todas as infraestruturas e atividades de produção comercial. Nesta zona estão localizadas as comunidades e sítios e onde se estabelecem as áreas de cultivo e criação de animais. Nesta zona é permitida e remoção da vegetação para realização de tais atividades.	• Construção de casas e infraestruturas comunitárias para auto sustento e produção comercial • Abertura de roçados • Manutenção de capoeiras • Abertura de sítios • Criação de animais • Retirada de madeira e extrativismo de produtos não-madeireiros • Pesca • Caça • Turismo (incluindo infraestrutura para esta atividade, como trilhas e áreas para acampamento) • Pesquisa • Monitoramento
Total da UC:	**23.489,63 Km²**		

ZONAS	TAMANHO EM KM² (% DA ÁREA TOTAL DA RDS AMANÃ)	FINALIDADE	O QUE PODE FAZER NESTA ZONA?
Zona de Amortecimento	3.554,32 (15,13%)	Minimizar os impactos negativos sobre a RDS Amanã. A zona de amortecimento compreende o entorno desta RDS, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas.	• Empreendimentos aprovados pelos órgãos licenciadores (municipal, estadual e federal) e pelo órgão gestor da RDS Amanã. • Por exemplo, nesta zona existem três acordos de pesca com permissão para o manejo comercial de pirarucu.
Uso Extensivo Especial de Pesca da zona de amortecimento	315,22 (1,34%)	São áreas que possuem permissão para realizar manejo comercial dos recursos pesqueiros, de escala empresarial ou comunitária. Mas devem seguir as regras de uso dos recursos definidas em acordos específicos, aprovados coletivamente e pelo órgão gestor.	
Total da RDS Amanã + Amortecimento	**27.359,17 Km²**		

Para saber mais:

Já que o propósito do zoneamento da RDS Amanã foi de minimizar os impactos das atividades do seu entorno e promover o uso tradicional e sustentável realizado por seus moradores e usuários, vale saber mais sobre os limites das zonas: **A Zona de Uso Intensivo** foi calculada a partir de um quilômetro (mil metros, ou dez quadras de roça) considerando as áreas das comunidades, áreas de roça ou capoeiras existentes em março de 2019 (quando os moradores e usuários participaram do mapeamento participativo para o Zoneamento). Assim, a Zona de Uso Intensivo compreende as áreas com supressão da vegetação atuais e permite uma expansão controlada, de um quilômetro de fundo e lados das roças já existentes. A partir deste um quilômetro de fundo ou de lado das áreas atuais, começa a **Zona de Uso Extensivo**. É nesta zona que se encontram muitas picadas de castanha, por exemplo, e que podem ser extraídos recursos naturais sem que haja abertura de clareiras. Nela, a floresta deve ser mantida em pé! A Zona de Uso Extensivo vai até a extrema com a **Zona de Preservação**, sendo sua extensão de cerca de seis quilômetros. A partir destes seis mil metros, poucos (e somente aqueles autorizados pelo órgão gestor) podem adentrar. Além dos limites oficiais da RDS Amanã há a **Zona de Amortecimento**. Seus limites, à oeste, seguem a margem esquerda do rio Japurá até a confluência com o rio Solimões. Daí, segue pela margem esquerda do rio Solimões até uma distância de 3 quilômetros do Paraná do Jacaré, que dá acesso ao Paraná do Copeá. Pelo sul, a Zona de Amortecimento faz limite com o Parque Nacional do Jaú.



Zoneamento Participativo da RDS Amanã.

VOCÊ SABIA?

A equipe de elaboração do Plano de Gestão da RDS Amanã identificou que a Zona de Amortecimento à sudoeste da RDS, desde o Paraná do Cubuá (rio Japurá), passando pela confluência entre os rios Solimões e Japurá e seguindo pela margem do rio Solimões até integrar o atual limite extremo sul da RDS, é um importante elo entre as várzeas da RDS Amanã e as várzeas do rio Solimões. Por elas serem essenciais para a saúde ambiental da RDS e a segurança alimentar das populações urbanas e rurais dos municípios adjacentes que fazem uso dos recursos, bem como assegurar o potencial econômico regional, recomenda-se a ampliação da RDS Amanã para esta área. É nela que já existem, pelo menos três Acordos de Pesca que incidem sobre a RDS e territórios vizinhos.

© *Felipe Pires*

Páginas 240 a 255.

REGRAS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Os moradores e os usuários da RDS Amanã, os órgãos governamentais (como a SEMA e o IPAAM), a CAMURA e todas as instituições que atuam dentro dos limites desta unidade de conservação são responsáveis pela execução das regras contidas neste Plano de Gestão.

As infrações cometidas por moradores e usuários serão discutidas junto às Associações Comunitárias e, caso necessário, debatidas em Assembleia da CAMURA, podendo, em última instância, ser analisadas em reunião do Conselho Deliberativo.

Aos visitantes e instituições presentes na RDS Amanã, o não cumprimento das regras aqui estabelecidas resultará na aplicação das penalidades conforme a legislação pertinente, como rescisão de contratos e de termos de parcerias.

Os procedimentos determinados por lei, como licenciamentos ambientais, devem ser submetidos à avaliação e anuência do Conselho Gestor da RDS Amanã e da SEMA antes de serem encaminhados a órgãos de licenciamento e fiscalização, como o IPAAM e o IBAMA.
Além das regras contidas neste Plano de Gestão, todos devem seguir as legislações específicas vigentes, observando, principalmente, as normas do

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
(SNUC), Lei Nº 9.985/2000 e Decreto Nº 4.340/2002; e do

SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
(SEUC), Lei Nº 53/2007.

Regras de uso dos recursos naturais

REGRAS DE AGRICULTURA

1. Fica proibido o uso de agrotóxicos em práticas agrícolas em toda a RDS Amanã;
2. Devem ser respeitadas as áreas de roças e os sítios de cada morador, incluindo os açaizais e castanhais nativos;
3. Fica proibido o uso de capoeiras sem autorização do agricultor que possui histórico de uso dessa capoeira;
4. Deve-se priorizar a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs);
5. Fica proibido fazer roçado próximo às áreas que tem planos de manejo/uso de recursos florestais madeireiros e não madeireiros;
6. O uso do fogo nas práticas agrícolas deve seguir a legislação ambiental vigente e medidas preventivas de controle (monitorar o fogo até a sua extinção e realizar queima contra o vento);
7. Fica obrigatória a abertura e instalação de aceiros como uma medida de prevenção e controle do fogo: os aceiros se definem como barreiras naturais ou construídas, limpas de vegetação, parcial ou completamente, de uma largura a ser definida pelo agricultor, desde que garanta a segurança do uso do fogo;
8. O novo morador, admitido mediante as regras de política de ocupação do item 17.3, pode abrir uma quadra de roça no primeiro ano, aumentando uma roça/quadra por ano. Completando 5 (cinco) anos, retorna para a área inicial.

REGRAS DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS

1. Fica obrigatório para todos os criadores o uso de cerca nas suas respectivas áreas, garantindo que os animais não passem para as áreas dos vizinhos, e que se responsabilizem pela saúde dos seus animais;
2. Fica proibido o aumento da criação de búfalos na RDS Amanã, tendo como referência o número de cabeças que o criador possui no momento da validação deste Plano de Gestão. Excetuam-se os casos em que for apresentado um Projeto Técnico Agroecológico, assinado por um técnico e aprovado pelo respectivo Setor, pela CAMURA e pelo Conselho Gestor, garantindo a sustentabilidade ambiental da atividade;
3. Fica proibido o aumento das áreas de pastagem (entende-se por "áreas de pastagem", os campos de pastejo quase que exclusivamente formado por espécies herbáceas, exemplo, capim). As áreas de sítios (conhecidas como SAFs) utilizadas para o pastejo integrado dos animais, não são considerados "áreas de pastagem";
4. Fica permitido o máximo de 5 (cinco) cabeças de gado bovino para quem deseja começar uma criação; com exceção dos casos em que for apresentado um Projeto Técnico Agroecológico, assinado por um técnico e aprovado pelo respectivo Setor e pela CAMURA, garantindo a sustentabilidade ambiental da atividade;
5. Campos de pastagem são permitidos somente em capoeiras, e com tamanho máximo de 3 (três) quadras; com exceção dos casos em que for apresentado um Projeto Técnico Agroecológico, assinado por um técnico e aprovado pelo respectivo Setor, pela CAMURA, e pelo Conselho Gestor, garantindo a sustentabilidade ambiental da atividade;
6. O Setor Unini, região da RDS Amanã que faz fronteira com a RESEX do rio Unini, decidiu em manter a proibição de criação de animais de grande porte.

REGRAS GERAIS DE PESCA

1. É proibida a atividade de pesca por "pescadores externos" na área da RDS Amanã, com exceção daqueles das cidades adjacentes, considerados "usuários", mediantes Acordos de Pesca já estabelecidos, respeito à legislação pesqueira e normas específicas de manejo das diferentes espécies alvo; No setor Unini a pesca comercial é permitida somente para o Grupo de Pesca do Rio Unini, composto por moradores do rio Unini (RDS AMANÃ, RESEX DO RIO UNINI, PARNA JAU);
2. É permitida a entrada de embarcações para comprar pescado dos pescadores comunitários, de acordo com as normas da legislação pesqueira e mediante autorização do órgão gestor;
3. É obrigatório a todos os pescadores o respeito ao sistema de zoneamento da RDS Amanã, ficando proibida a pesca por quaisquer pessoas dentro das Zonas de preservação da RDS Amanã;
4. São proibidas pesca e atracação de embarcações em praias de preservação;
5. São proibidas práticas predatórias, tais como: uso de timbó, batição, cercar bocas de lagos, ressacas e paranás, usar leite de açacu e bomba.

REGRAS ESPECIFICAS DA PESCA DE PIRARUCU

6. É permitida a pesca de pirarucu (Arapaima gigas) dentro de um sistema de manejo participativo, com base em plano de manejo específico, com aprovação do órgão gestor e autorização dos órgãos competentes, de acordo com a legislação vigente;
7. É proibido o abate de pirarucu (Arapaima gigas), com comprimento total inferior a 150 cm;
8. É proibido qualquer abate de pirarucu (Arapaima gigas), entre 01 de dezembro e 31 de maio todos os anos;
9. É permitido o uso de malhadeira para o manejo do pirarucu (Arapaima gigas), contanto que tenham, no mínimo, 32 cm de diâmetro nos ângulos opostos ou 160 mm entre nós adjacentes.
10. O manejo de pirarucu deve ser realizado mediante levantamento de estoque e captura de no máximo 30% dos adultos (>150 cm);
11. O levantamento de estoque deve ser realizado por pescadores, com experiência na pesca desta espécie, devidamente capacitados na metodologia desenvolvida especificamente para este fim, e estará sujeito a validação das contagens e auditagens esporádicas, selecionadas aleatoriamente pelos órgãos de assessoria técnica e de licenciamento.

Orientação Técnica

É recomendável o abate de pirarucu (Arapaima gigas) com comprimento total igual ou superior a 165cm e o uso de malhadeira com 34 cm de diâmetro nos ângulos opostos ou 170 mm entre os nós.

REGRAS ESPECÍFICAS DA PESCA DE TAMBAQUI

12. É proibida a pesca comercial de tambaqui (Colossoma macropomum) com comprimento total inferior a 55 cm;
13. É proibida qualquer pesca de tambaqui entre 01 de outubro e 31 de março, ou em discordância com a portaria específica vigente do IBAMA em relação à espécie;
14. É proibida a pesca de tambaqui com uso de malhadeira com tamanho de malha inferior a 24 cm entre nós opostos ou 120 mm entre os nós adjacentes.

REGRAS ESPECÍFICAS DO MANEJO DE PEIXES ORNAMENTAIS

15. O manejo de peixes ornamentais na RDS Amanã pode ser realizado mediante planos de manejo específicos aprovados pelo órgão gestor e de acordo com a legislação vigente sobre o recurso;
16. É proibida a destruição de habitats preferenciais de espécies ornamentais, como as galhadas e pauzadas selecionadas por colônias de ciclídeos.
17. É proibida a retirada de alevinos de aruanã da RDS Amanã, até a aprovação de plano de manejo específico, aprovado pelo órgão gestor da UC e pelas autoridades competentes;

REGRAS DE USO DA FAUNA SILVESTRE

1. O consumo de fauna visando a subsistência somente pode ser realizada por moradores e usuários da RDS Amanã, reconhecidos pelas entidades gestoras como tal, e que não estejam atuando em vinculação com barcos comerciais ou qualquer outro tipo de comércio;
2. É proibido o abate de espécies categorizadas como "ameaçadas", aquelas incluídas na Lista de Espécies Ameaçadas publicada e vigente pelo IBAMA e IUCN.
3. É proibido o abate de Tucuxi e Lontra, em quaisquer circunstâncias;
4. É proibido o abate de espécies terrestres durante a travessia de corpos d'água, bem como de outras que apresentam o mesmo comportamento;
5. É proibido o abate de Capivara, da Jacutinga e do Mutum-Piurí, até que sejam esclarecidas questões sobre a situação atual das suas populações na RDS Amanã;
6. É proibida a atividade de caça esportiva na RDS Amanã enquanto não houver plano de manejo específico para essa atividade, aprovado pelo órgão gestor e Conselho Deliberativo da unidade, bem como pelas autoridades competentes;
7. É proibida a captura de espécimes da fauna para o comércio de animais de estimação;
8. É proibido o abate ou captura de araras, papagaios e periquitos, adultos ou filhotes, a perturbação de seus ninhos e a derrubada das árvores onde estes se encontram;
9. O manejo da fauna silvestre poderá ser realizado mediante plano de manejo aprovado pelas instituições gestoras da RDS Amanã, pelas demais autoridades competentes, sempre em concordância com a legislação ambiental vigente.

REGRAS ESPECÍFICAS PARA A PROTEÇÃO DO PEIXE-BOI

10. Fica proibido obstruir as bocas de lagos, paranás, canos durante todo o ano; exceto em ocasiões extraordinárias e regidas por plano de manejo, e com acompanhamento de assessoria técnica;
11. Ficam proibidos a queima, o deslocamento ou a invasão de matupás nas cabeceiras de lagos e enseadas, exceto em ocasiões extraordinárias e regidas por plano de manejo, e com acompanhamento de assessoria técnica;
12. Fica proibida a instalação de 'bolas de capim' (cevas) para atrair peixes-boi. Esta espécie não está incluída na permissão para fins de subsistência.
13. Filhotes de peixe-boi capturados em redes devem ser imediatamente liberados para que possam unir-se a suas mães;
14. É proibida a retenção de filhotes para atrair adultos para o abate.

Orientação Técnica

Peixes-boi órfãos e/ou cativos devem ser encaminhados ao Centro Comunitário de Reabilitação de Peixes-boi Amazônicos do IDSM ou outro centro de reabilitação credenciado.

Em caso de emalhe/ferimento acidental de peixe-boi durante eventos de manejo de pesca, membros do IDSM (preferencialmente do Grupo de Pesquisa Mamíferos Aquáticos) devem ser imediatamente notificados.

REGRAS DE EXTRAÇÃO FLORESTAL MADEIREIRA

1. Fica permitida a retirada de madeira para benfeitorias nas comunidades apenas para seus moradores e usuários, e em suas respectivas áreas de uso (comunidade e setor), seguindo a resolução do CEMAAM do auto abastecimento e conforme legislação vigente.
2. É proibida a exploração, mesmo que seja para benfeitorias, as espécies protegidas por leis federais: Castanheira, Seringueira e Virola; e por leis estaduais: Andiroba e Copaíba. Seguir a legislação vigente.
3. Fica obrigatório informar ao setor a retirada de madeira para benfeitoria;
4. Fica permitido o reaproveitamento de madeira caída em áreas de roçado para fazer carvão, exceto madeiras de lei, que podem ser utilizadas para benfeitorias na comunidade;
5. Fica permitida, desde que a área tenha potencial e seja realizada uma análise de mercado, a implementação de planos de manejo florestal comunitário em zonas de uso extensivo;
6. Fica proibido o uso de motosserras sem o devido cadastro junto aos órgãos de licenciamento.

Orientação Técnica

Ao comprar o motosserra solicitar ao vendedor o registro do IBAMA e nota fiscal na loja que adquirir o produto, conforme legislação vigente.

REGRAS DE EXTRAÇÃO FLORESTAL NÃO MADEIREIRA

REGRAS DO USO DE CIPÓS

1. É proibido a retirada de árvores para coleta de cipós;
2. É obrigatório o rodízio entre as áreas de coleta (5 anos);
3. É proibido a retirada dos cipós antes do tempo ideal de colheita;
4. É proibido a coleta de cipó por ex-moradores da RDS Amanã. Entretanto, na área do rio Unini é permitida a coleta de cipó nas áreas de uso tradicionais de castanha apenas por ex-moradores da RDS Amanã que ainda moram no rio Unini.
5. É proibido a retirada de cipós verdes, principalmente, o Ambé e o Arumã;

REGRAS DO USO DE CASTANHA

6. É obrigatória a autorização, dos órgãos gestores e mediante ciência das comunidades, para coleta de castanha por pessoas de fora da RDS Amanã (na área do setor Unini, somente ex-moradores do rio Unini podem tirar castanha mediante autorização do setor e do ICMBio);
7. Moradores de fora da RDS Amanã que não utilizarem seus castanhais por 2 (dois) anos perdem o direito de uso. Exceto àqueles que avisarem aos moradores locais sobre a ausência;
8. No Setor Unini, fica proibido a abertura de novas áreas para castanhais, sem autorização do respectivo Setor e órgãos gestores;
9. É proibido mexer nos castanhais de outros donos, sem a permissão dos mesmos;
10. São proibidos a venda e o arrendamento de castanhais nativos, exceto castanhais plantados;
11. No Setor Unini, é permitido repassar a picada de castanha somente para moradores do rio Unini, que residem na RDS Amanã, Parna Jaú ou RESEX do rio Unini.
12. No setor Unini, os moradores que descuidarem de seus castanhais estão sujeitos a ter suas áreas repassadas para outros moradores;
13. No setor Unini é proibida para os ex-moradores do rio Unini a coleta de cipós e açaí durante a coleta de castanha, que é permitida pelo órgão gestor.

REGRAS DO USO DE ANDIROBA E COPAÍBA

14. É proibida a derrubada das árvores dessas espécies (Decreto Estadual N°. 25.044 de 1/06/2005);
15. É permitida a coleta de óleo de copaíba de forma tradicional, desde que as árvores não sejam sangradas em demasia e que a coleta não prejudique as mesmas.

Orientação Técnica

Recomenda-se o uso de trado para a coleta de óleo de copaíba;

Remenda-se que a coleta de óleo seja feita por um período de 20 dias e que as árvores tenham um período de repouso por 3 (três) anos.

Sobre o uso do Caraipé recomenda-se não derrubar e não anelar a árvore, pois gera a morte dos indivíduos. Se possível fazer poda e utilizar os galhos.

REGRAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE TURISMO

1. Toda e qualquer iniciativa/proposta de turismo de base comunitária e de pesca esportiva na área da RDS Amanã deverá ter aprovação da comunidade, do respectivo setor, ser apresentado na Assembleia da Associação Mãe, ser encaminhada ao órgão gestor da Unidade e aprovada pelo Conselho Gestor Deliberativo;
2. Toda iniciativa de atividade turística deve pensar estratégias para a gestão dos resíduos sólidos gerados pela visitação. Essa estratégia deve compor a proposta a ser apresentada aos órgãos de gestão da UC;
3. Toda comunidade executora de atividades turísticas deve monitorar a atividade, mediante registro do nome, idade, origem do visitante e período da visitação, no mínimo, e encaminhar relatório para as instâncias de gestão da UC;
4. Uma atividade turística implementada em uma comunidade só poderá ser expandida para as áreas de outras comunidades mediante autorização e acordos estabelecidos entre as mesmas;
5. Em caso de uma determinada comunidade optar por não participar da atividade turística, a mesma não deve atrapalhar o desenvolvimento da atividade nas demais, desde que as mesmas a realizem em seus respectivos territórios;
6. Na área no setor Unini todo grupo de visitante na região da RDS Amanã que faz fronteira com a RESEX do Unini deve estar acompanhado de um condutor ou morador do rio Unini;
7. É permitida a compra e venda de produtos produzidos pelas comunidades, desde que os mesmos sejam provenientes de atividades legalizadas;
8. As praias de desova de quelônios e de aves aquáticas não podem ser usadas para campo de futebol, nem luau e nem atracação de embarcações;
9. No Rio Unini, região da RDS Amanã que faz fronteira com a RESEX do Unini, é necessário o diálogo e decisão acordada entre a AMORU, a SEMA/AM e o ICMBio para todas as questões relativas às atividades de turismo e de pesca esportiva realizados na área;
10. As atividades de pesca esportiva deverão custear a vigilância comunitária e a fiscalização, como contrapartida no respectivo setor;
11. Empresas operadoras de atividades turísticas devem dar preferência para mão-de-obra local e garantir os direitos trabalhistas de comunitários que trabalham na atividade;
12. Na pesca esportiva não é permitido uso de iscas vivas; os peixes capturados devem ser monitorados e só poderão ser consumidos se morrerem ou forem mutilados acidentalmente durante a prática.
13. Todas as visitações na região do rio Paunini devem também ser autorizadas pelo ICMBio.

Regras de Convivência

REGRAS GERAIS DE CONVIVÊNCIA

1. Todos (as), moradores e moradoras, devem respeitar as regras locais (da comunidade, do setor e da RDS) e a legislação ambiental para terem acesso aos benefícios da RDS e ao uso do patrimônio da comunidade;
2. Em caso de desrespeito às regras e à legislação, a coordenação do setor fará uma conversa formal com o morador; se persistir será encaminhado para as instâncias de gestão (Setor, Assembleia da CAMURA, Conselho Gestor Deliberativo, Órgão Gestor da UC e);
3. As infrações graves (aquelas que extrapolam a governança da comunidade e do setor) devem ser encaminhadas para as instâncias de gestão (CAMURA, gestor da UC e Conselho Gestor Deliberativo) para as devidas penalidades, que são a suspensão da carta/declaração de morador da RDS Amanã e o direito de uso dos recursos naturais;
4. Os moradores (as) devem informar e justificar à coordenação do setor e da comunidade se forem se ausentar por mais de 03 (três) meses da comunidade;
5. Todos os moradores (as) têm o dever de manter a comunidade limpa, assim como se responsabilizar pela coleta do seu lixo e de outras atividades necessárias para o bom funcionamento da comunidade;
6. É obrigatória a redução de velocidade de embarcações: ao cruzar embarcações comunitárias, ao passar em frente das comunidades e das praias de preservação na UC;
7. É permitido a criação de qualquer animal doméstico, desde que respeitem as normas gerais da RDS Amanã, dos seus respectivos setores e comunidades;
8. Toda criação de animais dentro de comunidades, deve ter a aprovação da comunidade, que pode ainda definir regras próprias para cada espécie;
9. Todas as pessoas devem respeitar as leis ambientais que tratam sobre maus tratos e bem-estar animal;
10. No Setor Unini, região da RDS Amanã que faz fronteira com a RESEX do rio Unini, a entrada de usuários só pode ser realizada mediante ciência da Vila Nunes, essa comunicação pode ser realizada na própria comunidade ou em reuniões.

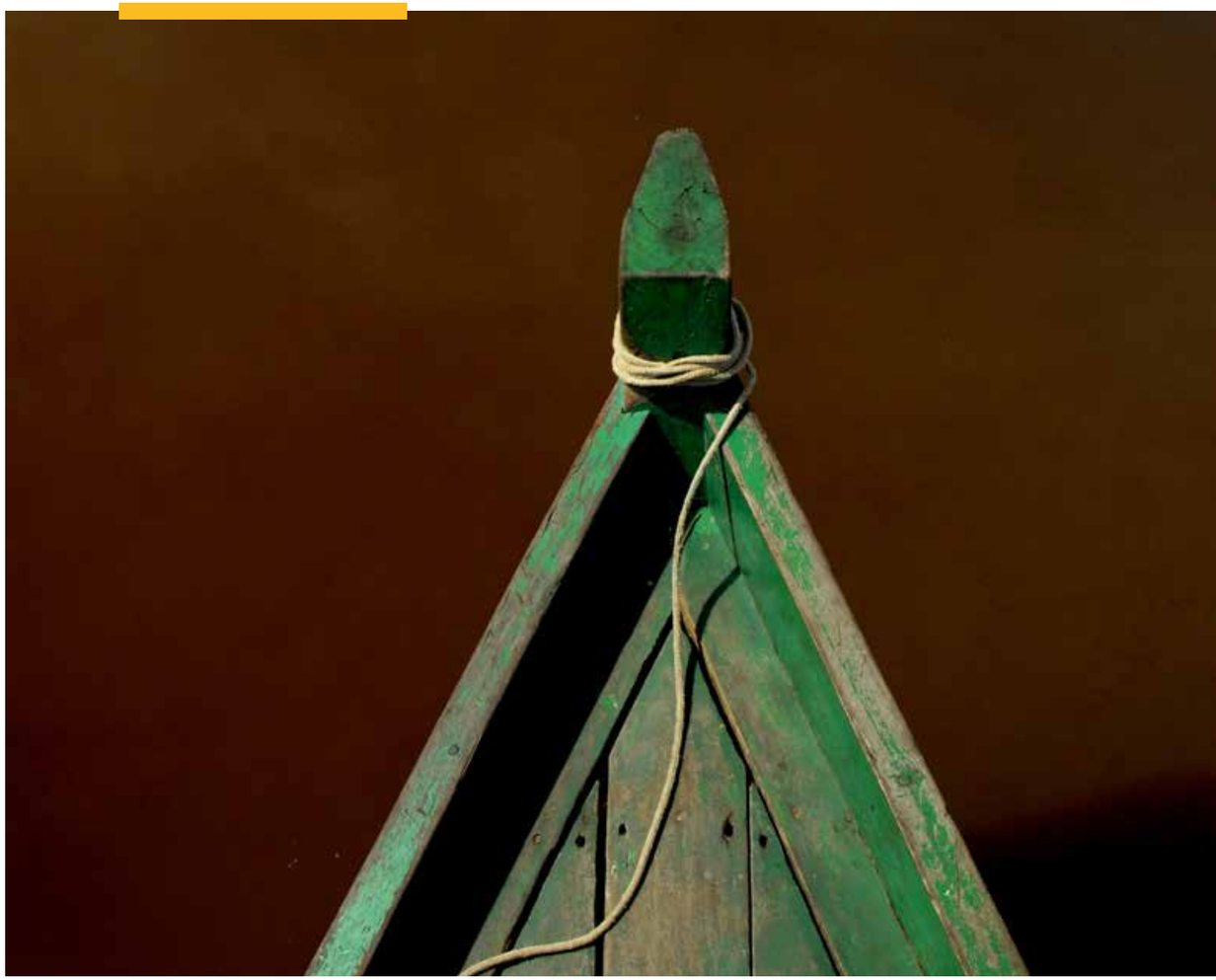
REGRAS ESPECÍFICAS PARA A ADMISSÃO DE NOVOS MORADORES (Política de Ocupação)

1. É permitida a chegada e moradia de novos moradores, mediante observação por um período de 6 meses a 1 ano, feita pela Diretoria da comunidade que recebe. Após esse período, o novo morador terá que passar por aprovação das instâncias de gestão (Setor, Assembleia da CAMURA, Conselho Gestor Deliberativo, Órgão Gestor da UC e) para ser aceito e poder acessar os benefícios sociais destinados para a UC. No setor Unini os novos moradores devem ser comunicados também para a AMORU;
2. É obrigatório o respeito de normas dos Estatutos e dos Regimentos Internos das comunidades e de grupos organizados (Associações e Grupos de Produtores), além de todas as regras do item 17.2 – Regras de Convivência;
3. Em caso de demandas para instalação de novas comunidades/localidades na área da RDS, fica obrigatória a realização de estudos prévios para ordenamento territorial e planejamento para infraestrutura com as comunidades do Setor demandado, e aprovação do Setor, da Assembleia da CAMURA, do Conselho Gestor Deliberativo, e do Órgão Gestor da UC;
4. No caso do Setor Unini (novos moradores e novas localidades/comunidades) as decisões deverão passar pela aprovação da Assembleia da AMORU, Conselho Gestor da Resex do Unini e Conselho Gestor da RDS Amanã.
5. Cada novo morador ou visitante é de responsabilidade do morador local que trouxer a pessoa;
6. Morador que não respeitar as regras da UC e nem a legislação, não poderá trazer novo morador.

Orientação Técnica

Em casos de conflitos com invasores, comunidades/setores enviarão a problemática para SEMA, que dependendo do caso encaminhará para Procuradoria Geral do Estado (PGE) emitir notificação para estes se apresentarem ao órgão gestor e/ou PGE dependendo do caso.

© Eduardo Coelho.



PROGRAMAS DE GESTÃO

Páginas 257 a 278.

Os Programas e Subprogramas de Gestão foram construídos a partir da discussão e da definição da Visão de Futuro da Unidade. Foram selecionadas nove variáveis: Gestão da UC, Monitoramento Socioambiental, Uso e Manejo de Recursos Naturais, Uso Público, Parcerias, Saúde, Educação, Infraestrutura, Fiscalização e Vigilância. Estas nove variáveis foram utilizadas pelos moradores e usuários da RDS Amanã para indicar atividades e prioridades de acordo com as demandas identificadas em seus Setores de origem.

Programa de Conhecimento

Subprograma de Pesquisa

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Pesquisa sobre recursos pesqueiros: aruanã, peixe liso, mapará, arraia, tambaqui	Caruara, Coraci, Lago Amanã, São José, Tijuaca e Unini	Boa União, Castanho, Cubuá, Paraná do Amanã e Joacaca	
Pesquisas sobre abelhas sem ferrão	Caruara, Unini e Lago Amanã	Boa União, Cubuá, Tijuaca e Joacaca	Castanho
Pesquisas sobre uso público: turismo de base comunitária e pesca esportiva que utilizam as espécies: pirarucu; tucunaré; aruanã; bagres; surubim; caparari; dourada; filhote	Caruara, Cubuá, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini e Lago Amanã	Castanho Coraci	Boa União Joacaca
Pesquisas sobre cadeia produtiva dos produtos da biodiversidade que serão utilizadas para manejo.	Caruara, Coraci, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini e Lago Amanã	Boa União, Castanho, Cubuá e Joacaca	
Pesquisas sobre conflitos entre humanos e fauna nativa: ariranha, onça, boto, papagaio, macaco, biguá, irara, jacaré, cobra, camaleão, maracanã, tucano	Boa União, Castanho Coraci, Cubuá, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini, Lago Amanã e Joacaca	Caruara	
Pesquisas sobre espécies vulneráveis e/ou ameaçadas de extinção: peixe-boi, onça, boto, mutum, ariranha	Boa União, Cubuá Tijuaca, Unini Lago Amanã, Joacaca	Caruara, Castanho, Coraci, Paraná do Amanã, São José	
Pesquisas sobre Jacarés considerando as espécies: tinga, açu, paguá, tiritiri (pedra)	Caruara, Coraci, Cubuá Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Lago Amanã	Boa União Castanho Joacaca	Unini
Pesquisas sobre o potencial para o manejo de recursos naturais não-manejados atualmente	Caruara, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Castanho Cubuá Lago Amanã	
Pesquisas sobre o uso da Fauna Silvestre para autoconsumo	Caruara Paraná do Amanã	Boa União, Coraci, Cubuá, São José, Tijuaca, Unini e Joacaca	Castanho Lago Amanã
Pesquisas sobre Qualidade da água consumida na RDS Amanã	Caruara, Castanho Coraci, Cubuá Paraná do Amanã São José, Tijuaca Unini, Lago Amanã		Boa União Joacaca

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Pesquisas sobre Quelônios	Caruara, Coraci Paraná do Amanã Tijuaca	Boa União, Castanho, Cubuá, Unini e Joacaca	Lago Amanã
Pesquisas sobre Recurso Florestal Madeireiro	Caruara, Coraci Tijuaca, Unini	Boa União, Castanho Cubuá, Paraná do Amanã, Joacaca	Lago Amanã
Pesquisas sobre Recurso Florestal Não Madeireiro, como: cipós, barro, castanha, seringa, cauaçu, copaíba, andiroba, buriti, açaí	Caruara, Coraci, Tijuaca, Unini	Boa União, Paraná do Amanã, São José e Joacaca	Castanho Cubuá Lago Amanã
Pesquisas sobre Saneamento básico	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini e Lago Amanã		
Pesquisas sobre Socioeconomia e Demografia da RDS Amanã	Caruara, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini e Lago Amanã	Castanho Cubuá	Boa União Joacaca
Pesquisas sobre uso da terra e controle do fogo em áreas convertidas para agricultura, criação animal, capoeiras e sítios	Caruara, Castanho, Paraná do Amanã, Tijuaca e Lago Amanã	Cubuá Unini	Boa União Coraci Joacaca
Pesquisas sobre Zoonoses	Coraci, Cubuá, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União, Joacaca, Lago Amanã	Castanho

Subprograma de Monitoramento Socioambiental

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Monitoramento anual do índice de mortalidade infantil	Caruara, Castanho, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Coraci	Boa União Joacaca
Monitoramento da água consumida na RDS Amanã	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Monitoramento da fauna silvestre para autoconsumo	Caruara, Castanho, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União, Coraci, Cubuá Lago Amanã e Joacaca	

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Monitoramento das áreas de manejo	Caruara, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Monitoramento de zoonoses	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Boa União, Castanho, Joacaca	
Monitoramento de atividades de uso público: turismo de base comunitária e de pesca esportiva que utilizam as espécies: pirarucu; tucunaré; aruanã; bagres; surubim; caparari; dourada; filhote.	Caruara Coraci Tijuaca Unini	Castanho Paraná do Amanã	Boa União Cubuá Lago Amanã Joacaca
Monitoramento de conflitos com fauna nativa: ariranha, onça, boto, papagaio, macaco, biguá, irara, jacaré, cobra, cameleão, maracanã, tucano.	Boa União, Castanho Coraci, Cubuá Lago Amanã, Tijuaca Unini, Joacaca	Caruara	Paraná do Amanã
Monitoramento de uso da terra e controle do fogo em áreas convertidas para agricultura, criação animal, capoeiras e sítios	Caruara, Castanho Coraci, Cubuá Lago Amanã	Paraná do Amanã Unini	Boa União Tijuaca Joacaca
Monitoramento do fortalecimento ambiental: formação e capacitação	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	São José	Boa União Joacaca
Monitoramento dos Jacarés	Caruara, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca	Boa União, Castanho, Joacaca	Unini, Lago Amanã
Monitoramento dos Quelônios	Caruara, Coraci Tijuaca e Unini	Boa União, Castanho, Paraná do Amanã e Joacaca	Cubuá Lago Amanã
Monitoramento do Uso dos Recursos Florestais Madeireiros	Caruara, Coraci, Tijuaca e Unini	Boa União, Castanho, Paraná do Amanã e Joacaca	Cubuá Lago Amanã
Monitoramento dos Recursos Florestais Não Madeireiros: cipós, barro, castanha, seringa, cauaçu, copaíba, andiroba	Caruara, Castanho Coraci, Tijuaca e Unini	Boa União, Paraná do Amanã e Joacaca	Cubuá Lago Amanã
Monitoramento dos recursos pesqueiros: aruanã, peixe liso, mapará, arraia, tambaqui	Caruara, Castanho, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União Joacaca	Cubuá Lago Amanã
Monitoramento populacional e de espécies ameaçadas de extinção: peixe-boi, onça, boto, mutum, ariranha	Boa União, Coraci, Cubuá, Joacaca, Lago Amanã, São José, Tijuaca, Unini	Caruara, Castanho e Paraná do Amanã	

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Monitoramento populacional e uso de espécies: quelônios, primatas, jacarés, onças, cobras, tatu, queixada, jabuti, capivara	Caruara, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União, Castanho Coraci, Joacaca	
Monitoramento da socioeconomia e da demografia da RDS Amanã a cada cinco anos	Caruara, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Castanho, Coraci	Boa União Joacaca

Programa de Uso Público

Subprograma de Recreação e Turismo

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Formar moradores locais em condutores de atividades turísticas	Castanho, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Caruara Coraci	Boa União Joacaca
Fortalecer as práticas tradicionais para atrativos turísticos: dança, práticas agrícolas	Caruara, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã e Unini	Castanho, Coraci e Tijuaca	Boa União Joacaca
Fortalecer o turismo de Base Comunitária	Lago Amanã, Tijuaca, Unini, Cubuá	Caruara, Castanho, Coraci, Paraná do Amanã	Boa União Joacaca
Garantir venda dos produtos da sociobiodiversidade para os empreendimentos de turismo	Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Caruara, Castanho Coraci, Cubuá	Boa União Joacaca
Implementar atrativos turísticos: trilhas e canoagem	Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Caruara, Castanho e Coraci	Boa União Joacaca
Implementar infraestrutura para atender as atividades turísticas	Caruara, Castanho, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Coraci Cubuá	Boa União Joacaca
Implementar projetos de turismo de base comunitária e pesca esportiva utilizando as espécies: pirarucu, tucunaré, aruanã, bagres, surubim, caparari, dourada, filhote.	Cubuá, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Caruara, Castanho Coraci	Lago Amanã

Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Educação ambiental com alvo nas espécies ameaçadas de extinção	Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini, Cubuá	Caruara, Castanho e Lago Amanã	Boa União Joacaca
Educação ambiental para implementação de trilhas interpretativas	Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Caruara, Castanho Lago Amanã	Boa União Joacaca
Educação ambiental para produtores manejadores de recursos naturais	Coraci, Lago Amanã Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Caruara Castanho Cubuá	Boa União Joacaca
Educação ambiental relacionada a conflitos entre humanos e fauna nativa: ariranha, onça, boto, papagaio, macaco, biguá, irara, jacaré, cobra, cameleão, maracanã, tucano.	Caruara, Coraci, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, e Cubuá	Castanho Unini	Boa União Joacaca

Programa de Manejo do Meio Ambiente

Subprograma de manejo dos recursos florestais

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR	
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)
Manejo Florestal Madeireiro	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá Tijuaca	Boa União, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Unini e Joacaca
Manejo Florestal Não Madeireiro: cipós, barro, castanha, seringa, cauaçu, copaíba, andiroba, castanha, buriti, açaí	Caruara, Castanho, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União, Cubuá, Lago Amanã, São José e Joacaca

Subprograma de manejo dos recursos faunísticos e pesqueiros

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Manejo das espécies de peixes ornamentais: alevino de aruanã; acará-disco, outras espécies de ciclídeos; famílias de espécies de bodós; arraias.	Caruara, Coraci, Tijuaca, Unini e Cubuá	Boa União, Castanho Lago Amanã, Paraná do Amanã e Joacaca	
Manejo de Abelhas sem Ferrão	Caruara, Tijuaca, Unini e Cubuá	Boa União e Joacaca	Castanho
Manejo de Fauna Silvestre para autoconsumo	Caruara, Castanho, Coraci, Paraná do Amanã, Tijuaca, e Cubuá	Boa União, Lago Amanã, Joacaca e Unini	
Manejo de Jacaré	Caruara, Coraci, Lago Amanã, Paraná do Amanã e Tijuaca	Boa União Joacaca	Castanho Unini
Manejo de Quelônios	Caruara, Coraci, Tijuaca	Boa União, Castanho Joacaca, Paraná do Amanã e Unini	Lago Amanã, Cubuá
Manejo dos recursos pesqueiros: aruanã, peixe liso, mapará, arraia, acari-bodó	Caruara, Castanho, Coraci, Tijuaca e Unini	Boa União, Lago Amanã, Paraná do Amanã e Joacaca	

Programa de Apoio às Comunidades

Subprograma de Apoio à Organização Social

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Presença da CAMURA para melhoria da comunicação e intermediação de demandas das comunidades e setores	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		Boa União Joacaca
Assessoria técnica para o Manejo de Recursos Naturais	Caruara, Castanho, Cubuá, Lago Amanã, São José, Tijuaca, Unini		
Capacitação em boas práticas de manejo	Caruara, Coraci, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini, Cubuá		

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Capacitação para organização comunitária e fortalecimento da gestão participativa da UC	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini, Cubuá		
Implementação de uma casa de apoio na cidade	Caruara, Castanho, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã Tijuaca, Unini	Coraci	Boa União Joacaca
Capacitação e atualização em tecnologias que auxiliem as práticas tradicionais	Caruara, Castanho, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã São José, Tijuaca, Unini		Coraci
Oficinas para elaboração de projetos com demandas das comunidades	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		
Resgate dos conhecimentos/práticas tradicionais: danças, práticas agrícolas	Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Caruara	Boa União Joacaca

Subprograma de Geração de Renda

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Apoio para a comercialização e melhoria do valor dos produtos manejados	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		
Apoio para a implementação de infraestrutura para o manejo de pirarucu	Caruara, Coraci, Cubuá, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini	Castanho	Boa União Joacaca
Implementação de infraestruturas necessárias para os projetos de Manejo de Recursos Naturais	Caruara, Coraci, Cubuá, Tijuaca Unini	Castanho	
Apoio para a implementação de infraestrutura para produção de farinha	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		Boa União Joacaca

Subprograma de melhoria da qualidade de vida

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Apoiar a capacitações e treinamentos para os ACS	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Castanho
Apoiar a implementação de infraestrutura de saneamento básico e melhorar as existentes	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José e Unini	Tijuaca	
Apoiar as ações de saúde preventiva (vacinação, saúde da família, acompanhamento de zoonoses, castração de animais domésticos, cuidado com a saúde dos animais, destinação correta do lixo, tratamento da água)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Disponibilizar uma casa de apoio para hospedagem na cidade em caso de tratamento de saúde	Caruara, Castanho, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini, e Cubuá	Coraci	
Escolas com materiais de expediente de apoio (computadores, papel, caneta, lápis)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		
Implementar escolas com infraestrutura completa (banheiro, biblioteca, salas de aula suficientes, energia solar e adaptadas ao clima local; refeitório; cozinha; casa dos professores; quadra poliesportiva, computadores)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Implementar escolas com materiais didáticos básicos e direcionados à realidade local (jogos didáticos, apostilas, cartilhas, livros)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Implementar transporte escolar (catraieiros, lanchas adequadas e equipadas com segurança; e apoio com combustível)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá Lago Amanã, Paraná do Amanã São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Manter e fortalecer os serviços e organização das parteiras tradicionais	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Reivindicar a formação complementar de professores e alunos com conteúdo adaptados às realidades locais (leis ambientais, liderança, música, informática, práticas agrícolas, educação ambiental, políticas públicas)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Reivindicar coletivamente e apoiar a construção de UBS com infraestrutura completa (materiais, remédios, profissionais capacitados na área da saúde, como médicos, enfermeiros e dentistas)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Reivindicar coletivamente e apoiar o funcionamento das UBS construídas na RDS Amanã, com infraestrutura completa (materiais, remédios, profissionais capacitados na área da saúde, como médicos, enfermeiros e dentistas)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini		Boa União Joacaca
Reivindicar escolas que atendam as demandas de ensino de acordo com a faixa etária dos alunos (ensino infantil, fundamental, médio, técnico e Superior Rural)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		Boa União Joacaca

Programa de Administração da UC

Subprograma de regularização fundiária

ATIVIDADE	PRIORIDADE/RESPONSÁVEL
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)
Acompanhamento do processo de atualização da CDRU coletiva emitida em 2012	Toda a área da RDS Amanã
Execução de ações educacionais sobre questões fundiárias associadas à Unidade de Conservação	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá; Lago Amanã, Paraná do Amanã; São José, Tijuaca e Unini
Acompanhamento da verificação dos 23 títulos definitivos junto a Procuradoria Geral do Estado – PGE	Toda a área da RDS Amanã
Acompanhamento do detalhamento dos títulos definitivos e 107 processos do antigo ITEAM com a Secretaria de Política Fundiária – SPF	Toda a área da RDS Amanã
Acompanhamento dos processos territoriais indígenas (áreas de sobreposição/dupla afetação)	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Boa União, Joacaca, São José e Tijuaca
Esclarecimento e Recolhimento das CDRUs individuais que foram distribuídas na RDS Amanã	Toda a área da RDS Amanã
Planejamento para gestão de conflitos/disputas de ordem fundiária	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá; Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini

Subprograma de Administração e Manutenção

ATIVIDADE	PRIORIDADE/RESPONSÁVEL
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)
Elaborar Planejamento Anual de acordo com as atividades previstas no plano de gestão e com a participação do Conselho Deliberativo	SEMA e Conselho Gestor
Realização de 3 reuniões ao ano do Conselho Gestor da UC, sendo pelo menos uma na UC	SEMA e Conselho Gestor
Encaminhamentos das deliberações do Conselho Gestor da UC	SEMA e Conselho Gestor
Viagens regulares do representante do Estado (gestor) na UC	SEMA e Gerente/Chefe da UC
Instalação de escritórios/bases da SEMA no Rio Unini e no Paraná do Coraci (com funcionário, rádio e/ou telefone rural)	SEMA
Reivindicar a instalação de um escritório do IPAAM em Tefé (com pessoal e condições de trabalho)	SEMA e IPAAM
Reivindicar o fortalecimento da SEMA (concurso público para contratação de pessoal e aquisição de equipamentos de trabalho)	CAMURA e Conselho Gestor

Subprograma de infraestrutura e equipamentos

ATIVIDADE	PRIORIDADE/RESPONSÁVEL	
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)
Apoiar a CAMURA na aquisição de equipamentos e infraestrutura	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini	
Instalar de placas nos limites da RDS Amanã	Caruara, Castanho, Coraci, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União e Joacaca
Estabelecer parcerias para instalação de Telefone Rural nos setores da UC por parte do órgão gestor	Caruara, Castanho, Coraci Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca e Unini	
Reivindicar a construção de bases de apoio para Fiscalização e Vigilância do IPAAM, com instalação de um sistema de radio	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, São José, Tijuaca e Unini	Boa União Joacaca
Implementar infraestrutura para uso público	Caruara, Coraci, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Castanho Cubuá, Boa União Joacaca
Estabelecer parceria para revitalização dos telefones fixos da OI e EMBRATEL existentes na UC	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União Joacaca

Subprograma de cooperação e articulação institucional

O Subprograma de Cooperação e Articulação Institucional deve identificar as oportunidades de parcerias e continuidade de acordos de cooperação técnica já existentes para implementação das ações previstas nos programas de gestão. A maioria das atividades dos programas e subprogramas de gestão da UC dependem de outras instituições governamentais e não governamentais para ser executada.

Programa de Proteção Ambiental

Subprograma de Controle e Fiscalização

ATIVIDADE	PRIORIDADE/ TEMPO PARA EXECUTAR A AÇÃO/SETOR		
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)	BAIXA (ATÉ 15 ANOS)
Articular com o IPAAM a realização de missões de fiscalização, em parceria com Polícia Federal e Polícia Militar	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini		
Reivindicar o funcionamento das bases de apoio para fiscalização do IPAAM	Caruara, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Castanho	
Estabelecer parceria com as Secretarias de Meio Ambientes dos Municípios de abrangência da Reserva (SEMAs), para fiscalização	Caruara, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Tijuaca, Unini	Castanho	Boa União Joacaca
Reivindicar apoio do Exército para segurança das comunidades	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã Tijuaca, Unini		
Reivindicar atuação da Marinha para regulamentação das embarcações e habilitação	Caruara, Castanho, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca, Unini	Coraci	
Reivindicar a revitalização das linhas verdes do IPAAM e do IBAMA	RDS Amanã		

Subprograma de Vigilância

ATIVIDADE	PRIORIDADE/RESPONSÁVEL	
	ALTA (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIA (ATÉ 10 ANOS)
Capacitação para Monitoramento e Vigilância Ambiental	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	Boa União Joacaca
Formação de novos AAVs	Caruara, Castanho, Coraci, Cubuá, Lago Amanã, Paraná do Amanã, Tijuaca e Unini	
Fortalecimento da Associação de Agentes Ambientais Voluntários-AAVs	RDS Amanã	

© José Márcio Ayres

DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A RDS Amanã é uma das maiores áreas protegidas de florestas tropicais na América do Sul, com aproximadamente 2.350.000 hectares (23.500 Km²).

Junto a outras três importantes unidades de conservação limítrofes – o Parque Nacional do Jaú, a leste, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a oeste e a Reserva Extrativista do Rio Unini, ao norte – ela compõe o maior bloco de florestas tropicais protegidas do planeta.

Quando associado ao Parque Nacional de Anavilhanas esse grupo de áreas protegidas forma o Complexo de Conservação da Amazônia Central, considerado um Patrimônio Mundial pela Unesco. Esta é a maior área protegida da Bacia Amazônica (com mais de 6 milhões de hectares). Uma região muito rica em termos de biodiversidade. Área de endemismo de espécies de aves, centro de diversidade de plantas e uma das 200 ecorregiões do mundo prioritárias para a conservação, segundo a World Wildlife Fund.

Em 2018 a RDS Amanã também foi considerada como uma Área Úmida de Importância Internacional pela Conversão de Ramsar, sendo uma das 16 unidades de conservação componentes da Bacia do Rio Negro.

Assim, a RDS Amanã é uma unidade de conservação de alto valor em termos de biodiversidade, que inclui ambientes representativos de ecossistemas de várzea, igapó, e florestas de terra firme. Além disso, nela uma ampla variedade de ambientes aquáticos, localizados em diferentes pontos de uma complexa rede de lagos e canais, forma um dinâmico mosaico ambiental.

Na região do lago Amanã, a variação anual do nível de água é em torno de 9 a 10 metros, e tanto o comportamento quanto a diversidade da vida presente nela são, em ampla medida, resultantes do regime de inundação das bacias hidrográficas dos rios Japurá, Solimões e Negro.

Algumas espécies-chave protegidas no interior do território da RDS Amanã são consideradas ameaçadas, incluindo o pirarucu, o peixe-boi amazônico, o jacaré-açu e duas espécies de botos de água doce.

Toda essa diversidade ambiental e biológica está inserida em um contexto igualmente diverso e complexo de relações e dinâmicas sociais. A identificação até o momento de 32 sítios arqueológicos em sua área, com vestígios de grupos humanos habitando a região há mais de três mil anos, são um ponto de partida para definição da significância da RDS Amanã sob aspectos históricos e culturais.

© Eduardo Coelho

© Sônia Vill

Atualmente, cerca de 5.448 pessoas, distribuídas em 132 localidades, são usuárias dos recursos naturais da RDS Amanã, dentro ou no entorno da reserva. Essa população tem como principais atividades econômicas a agricultura e extrativismo sob princípios de manejo sustentável.

© Caetano Franco

© Bruno Kelly

Desta forma, por meio da atuação de seus moradores, a RDS Amanã tem um papel significativo no bioma Amazônia, sendo a principal aliada do Estado para a conservação da biodiversidade e recursos hídricos, redução de desmatamento, uso sustentável da floresta e cumprimento de metas estratégicas nacionais e internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e as Metas de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica.

© Bernardo Oliveira

Espera-se que a execução do planejamento proposto contribua para a continuidade do papel estratégico que a RDS Amanã possui, principalmente no que se refere a conservação das florestas em pé, a diminuição de emissão de gases do efeito estufa (GEE), o auxílio da estabilidade climática no planeta, a conservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento social, e a garantia da permanência da população humana no seu local de origem, conservando seus meios e modos de vida tradicional.

Secretaria do
Meio Ambiente

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SOCIEDADE CIVIL
Mamirauá

ARPA
Programa Áreas Protegidas da Amazônia

WWF · cooperação alemã · KFW · Banco Mundial · gef · Fundo Amazônia · BNDES · BID · Margaret A. Cargill Foundation · Gordon and Betty Moore Foundation · AngloAmerican

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO · Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins · ICMBio · Ministério do Meio Ambiente · Pátria Amada Brasil Governo Federal

9 788588 758506